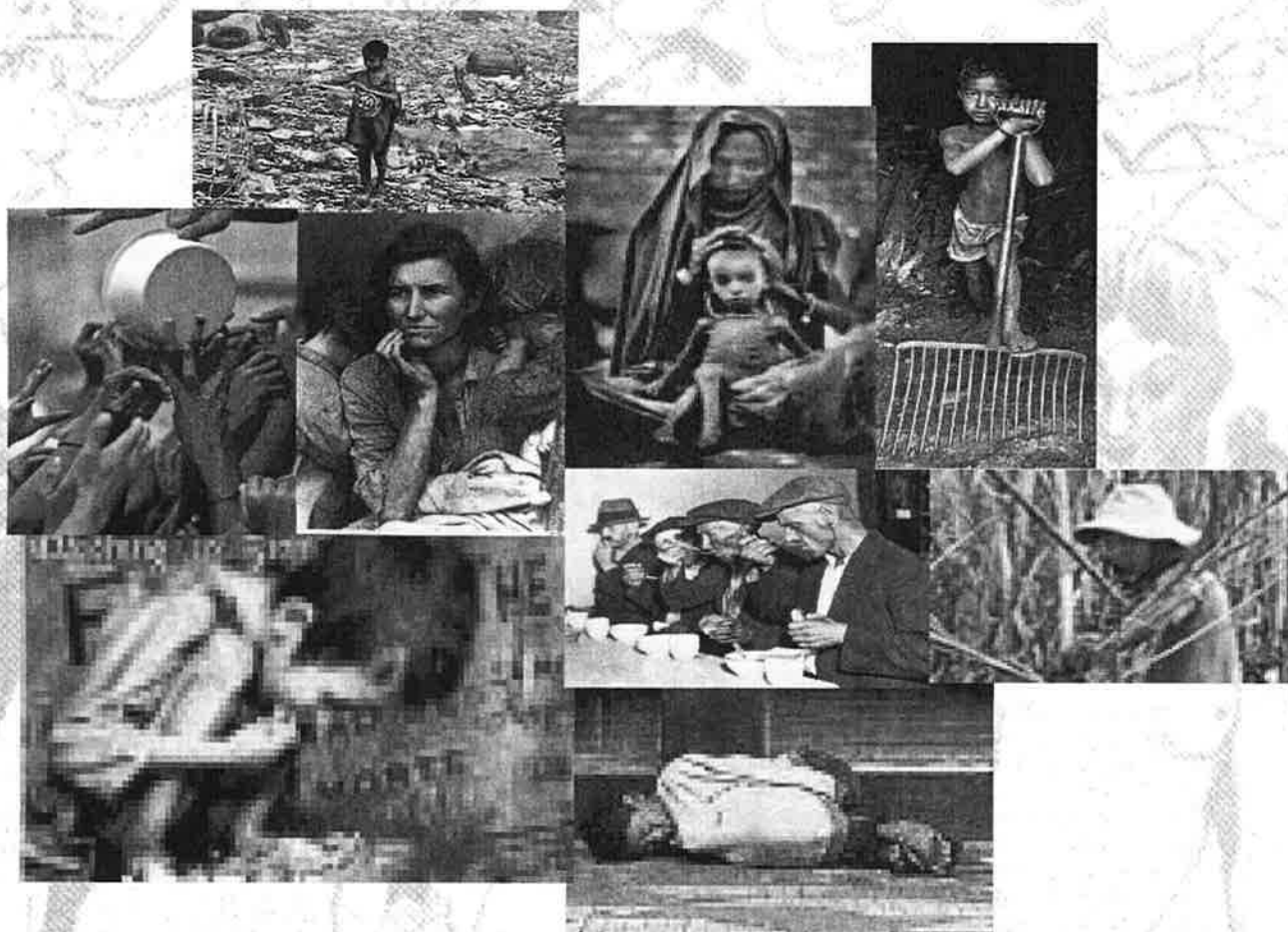


GERMINAL

Boletim n. 8, 08/2009 - Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)

ISSN 1982 - 9787

CRISE E REVOLUÇÃO



Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução

(MARX, Prefácio. In: Para a crítica da economia política. Disponível em: Marxist Internet Archives. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em 30/07/2009)

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS

MARXISMO, HISTÓRIA, TEMPO LIVRE E EDUCAÇÃO



CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A DEMANDA POR UM PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO: COMUNISMO OU BARBÁRIE

- Editorial -

Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Elza Margarida de Mendonça Peixoto

Durante o II Encontro Marxismo, História, Tempo Livre e Educação, realizado entre 08 e 09 de maio de 2009, os membros do grupo MHTLE, reunidos, pautaram as temáticas a serem tratadas pelo Boletim Germalinal nos próximos meses. As "crises cíclicas do capitalismo" afloraram imediatamente como a primeira temática a ser pautada. O processo de composição dos números, entretanto, depende sempre dos que respondem ao chamado para o debate; da paixão com que tomam a temática; da capacidade de enfrentar as diferenças no campo do marxismo expondo os pontos de estrangulamento, apresentando perspectivas e possibilidades. Responderam ao chamado deste Germalinal 8, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, José Luiz Sanfelice, Valério Arcary, Carlos Bauer, Ademair Bogo, Carlos Alberto Barão e Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão. As contribuições destes, reunimos imagens, passagens clássicas da obra de Marx e Engels, a obra literária de Jack London e as cinco regras de Michel Collon para decodificar a informação veiculada pela grande mídia, casada, como sempre esteve, com os interesses do grande capital. O resultado é um Boletim denso, programático que supera todas as expectativas que tínhamos. Germalinal, em sua oitava edição, expressa, em um momento singular, o que a conjuntura evidencia: há crise, mas a revolução depende da organização do proletariado e de uma vanguarda comprometida efetivamente com as providências necessárias a um movimento revolucionário de tomada da ordem.

Começamos pela teoria da revolução descrita por Marx e Engels em 1846/47 – em *A ideologia alemã*: a possibilidade da revolução está condicionada a uma classe que sofre intensamente as contradições do modo de produção vigente. Nas imagens escolhidas para compor este número, a crise expressa no rosto da classe operária que parece esperar. Os dados da realidade se agravam: evidencia-se o caráter mundial da crise e seu efeito para o proletariado. *A crise econômica já tem um resultado devastador para a classe trabalhadora. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) fez a previsão de novos 50 milhões de desempregados em 2009, o que eleva o número de desempregados para até 340 milhões de pessoas no mundo. Este número é uma estimativa moderada. Só a China anunciou que 26 milhões de ex-trabalhadores rurais, que estavam ocupados nas cidades, perderam o emprego. A tragédia que se abateu entre os trabalhadores é monumental, a começar pelos imigrantes à cata de trabalho nos países do norte do mundo, mas também a classe trabalhadora em geral, que estava empregada na indústria metal-mecânica, têxtil, no setor alimentício (ANTUNES, Agência Brasil, 27/04/2009). Agrava-se o caráter precário e flexibilizado dos postos de trabalho que se constituem em trabalho temporário, banco de horas, em cartões verdes que implicam na submissão acentuada do trabalhador ao capital e de dificuldades crescentes em projetar a vida com um mínimo de estabilidade, mesmo para os que têm trabalho assalariado, em virtude do baixo do valor do trabalho. Um bilhão de pessoas passa fome em 2009. No entanto, os governos disponibilizam os fundos públicos para socorrer os setores financeiros e produtivos. Os países desenvolvidos já gastaram mais de US\$ 10 trilhões com a crise financeira global, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). O montante de ajuda ao setor financeiro despendido pelos países mais ricos somou US\$ 9,2 trilhões, enquanto que os emergentes gastaram cerca de US\$ 1,6 trilhão. Além de emprestar e resgatar bancos, os governos sofreram com a queda das arrecadações tributárias. Por isso, a crise vai demorar para ser superada, diz o FMI. (NASSIF, Vermelho on-line, 2/8/09).* Estas medidas estão sendo levadas a cabo rapidamente para que a instabilidade social não atinja níveis de convulsão social, no esforço de manter sob controle o descontentamento, a angústia e a barbárie, em detrimento do acesso expandido a todos dos bens materiais e culturais produzidos pelo conjunto da humanidade.

Situando a teoria da revolução em Marx e Engels, e as atuais medidas de superação da crise atual, Maria de Fátima recorda que as crises são próprias de modos de produção fundados na apropriação privada dos meios de produção e na expropriação dos que produzem. Se as crises do feudalismo – de onde brota o capitalismo – estavam associadas à subprodução, as crises do capitalismo estão associadas à superabundância e à expropriação continuada da classe trabalhadora. Desde 1848, o capital vem administrando as sucessivas crises a fim de evitar o comprometimento de sua continuidade enquanto classe hegemônica. Os socialistas têm a tarefa de desvelar o movimento contraditório do capitalismo a fim de superá-lo como modo de produção dominante.

Sanfelice, a partir da recuperação das análises de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, recorda que a crise é constitutiva da predominância da burguesia como classe dirigente. De modo perspicaz, o autor alerta que não incomoda aos marxistas a dimensão revolucionária da burguesia. Mas seus limites estruturais: exploração, alienação e desumanização apresentam-se como fio condutor da história da hegemonia burguesa. A revolução continua, mas no limite intransponível da manutenção das contradições entre capital e trabalho, a

essência do modo capitalista de produção. Neste contexto contraditório, explica que o capitalismo molda todas as relações sociais aos seus próprios fins, incluindo-se aí a educação. A escola estatal burguesa cabe educar o povo, garantindo – juntamente com a igreja, a mídia e o exército – as condições de produção e reprodução do status quo. As contínuas reformas educacionais promovidas a cada ciclo de crise do capitalismo, não visam outra coisa. A escola estatal para o povo, pelos limites estruturais, não pode ser de qualidade revolucionária. Não há saída fora da superação dos limites estruturais do capitalismo. Recordando que a base material das sociedades vem sendo revolucionada pela burguesia, alerta aos marxistas para que não assumam uma posição conservadora ante a revolução dos meios de produção. Não está aí o problema. O problema é revolucionar as relações sociais, a começar pelo fim da propriedade privada. A luta revolucionária inclui "transformar a escola básica estatal que 'educa' o povo, em uma escola estatal educada pelo povo e para seus interesses". Caberia bem incluir aqui a belíssima experiência que vem sendo desenvolvida no MST. Uma dívida de Germalinal para seus leitores e de seus leitores para com Germalinal.

Ademair Bogo, por sua vez, recupera o protagonismo do proletariado como classe revolucionária, para dizer, o outro lado da crise, a alternativa à crise, é a classe trabalhadora implementando o programa de transição ao comunismo. Destaca a crise organizativa – as organizações de classe fragilizam-se e despregam-se da classe – e o abandono do conteúdo dos princípios revolucionários como fundamentos da perda do ritmo histórico do protagonismo desta classe. As vanguardas abandonaram a classe, delas distanciaram-se e agiram como forças contra-revolucionárias. Bogo retoma a necessidade de a vanguarda atuar qualificadamente, aproveitando os debates gerados com a crise para levarem todas as forças a assumirem posições de classe, pontuando um programa de ações a serem imediatamente encaminhadas.

Valério Arcary começa por assinalar: *O capitalismo não terá "morte natural". Seu destino dependerá da capacidade dos trabalhadores de se unirem em torno de um programa contra a propriedade privada.* Nesta linha, revisa as reflexões de Lenin e Trotsky sobre as situações revolucionárias, para dizer: *A definição da situação revolucionária está ancorada na maturação dos fatores objetivos, ou seja, da crise, mas a passagem para a revolução, aqui apresentada como um sinônimo de crise revolucionária, ou momento em que a disputa pelo poder é possível, dependeria da presença acrescida de fatores subjetivos. Uma disposição para ações suficientemente vigorosas para quebrar o governo e derrubá-lo, ou seja, para cruzar a fronteira entre o protesto de massas, e as mobilizações objetivamente insurrecionais.*

Carlos Bauer assinala: *as crises não são abstrações ou invenções.* Expondo aspectos da crise financeira e econômica em seus nexos mundiais. Contradizendo aos que anunciam: "o pior já passou", assinala: *estamos caminhando em direção a uma depressão no sistema mundial do capitalismo.* Aludindo ao espírito de porco do capitalismo, em uma ironia, de modo direto, expõe os nexos da gripe suína com modo do capital organizar a produção: *os desdobramentos sociais da peste suína são inseparáveis do processo recessivo mundial que está em curso, são faces distintas da mesma moeda, sinalizam a degradação econômica e moral desse sistema.* A saída anuncia-se em um momento privilegiado: para além da social democracia e do reformismo, o socialismo. Recorda: *a revolução socialista não pode completar-se dentro dos limites nacionais.* A possibilidade de superação do capitalismo depende da organização internacional dos trabalhadores.

Entre os desafios, superar o poder da mídia. Produzir informação qualificada para manter a classe trabalhadora ciente dos fatos reais. Collon nos trás as cinco regras para decodificar a informação veiculada pela mídia, e Carlos e Gilcilene Barão contam a história do Golpe em Honduras.

Nos destaques para os impactos da condição operária nas artes, trazemos Jack London, escritor, produto das crises do final do XIX e início do XX, que descreve as condições que permitiram que se tornasse socialista. Com o apoio de Maria Silvia Betti, sua biógrafa, buscamos alertar para a necessidade de disseminação e debate das teses socialistas, por meio de uma literatura crítica – enfim de uma arte crítica – que auxilie no processo de desvelamento da existência miserável a que estão condenados os membros da classe trabalhadora e seus filhos excluídos do usufruto da riqueza que efetivamente produzem no capitalismo.

No conjunto, o Boletim aponta que o capitalismo produziu em suas entranhas uma crise contínua, não mais cíclica, permanente. Uma crise que anuncia os limites à vista do atual modo de existência. Urge uma vanguarda comprometida com os interesses da classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta – a classe trabalhadora. Uma vanguarda disposta a ombrear-se com os trabalhadores nas tarefas de construção da sociedade comunista!

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS COMO UMA PREMISSE MATERIAL DO COMUNISMO (EXTRATO)

Karl Marx e Friedrich Engels

Esta "alienação" [*Entfremdung*], para continuarmos compreensíveis para os filósofos, só pode ser superada, evidentemente, dadas duas premissas práticas. Para que ela se torne um poder "insuportável", isto é, um poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha criado uma grande massa da humanidade "destituída de propriedade" e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento — e, por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (com o qual já está dada, simultaneamente, a existência empírica concreta dos homens a nível *histórico-mundial*, em vez de a nível local) é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a *penúria* se generaliza, e, portanto, com a *miséria* também teria de recomeçar a luta pelo necessário e de se produzir de novo toda a velha porcaria, e ainda porque só com este desenvolvimento universal das forças produtivas se estabelece um intercâmbio *universal* dos homens, que por um lado produz o fenômeno da grande massa "destituída de propriedade" em todos os povos ao mesmo tempo (concorrência geral), torna todos eles dependentes das revoluções uns dos outros e, por fim, colocou indivíduos empiricamente universais, indivíduos *histórico-mundiais*, no lugar dos indivíduos locais. Sem isto, 1) o comunismo só poderia existir como fenômeno local, 2) os poderes do intercâmbio não teriam eles próprios podido desenvolver-se como poderes universais, e por isso insuportáveis, e teriam permanecido "circunstâncias" de superstição caseira, e 3) todo o alargamento do intercâmbio suprimiria o comunismo local. Empiricamente, o comunismo só é possível como o ato dos povos dominantes "de repente" e ao mesmo tempo, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial que com ele se liga.

De resto, a massa de *meros* operários — força operária [*Arbeiterkraft*] massiva separada do capital ou de qualquer limitada satisfação —, e por isso também a perda já não temporária deste mesmo trabalho como uma fonte assegurada de vida, pressupõe o *mercado mundial* por meio da concorrência. O proletariado só pode, por conseguinte, existir à escala *histórico-mundial*, tal como só pode haver comunismo, a sua ação, como existência "*histórico-mundial*"; existência *histórico-mundial* dos indivíduos, ou seja, a existência dos indivíduos diretamente ligada à história mundial.

O comunismo não é para nós um *estado de coisas* que deva ser estabelecido, um *ideal* pelo qual a realidade [terá] de se regular. Chamamos comunismo ao movimento *real* que supera o atual estado de coisas. As condições deste movimento resultam da premissa atualmente existente.

Conclusões da concepção materialista da história: continuidade do processo histórico, transformação da história em história mundial, a necessidade de uma revolução comunista

A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias com uma atividade completamente mudada, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior o objetivo da anterior, por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América o objetivo de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa; deste modo, a história recebe então os seus objetivos à parte, e torna-se uma "pessoa a par de outras pessoas" (como sejam: "Consciência de Si, Crítica, Único", etc.), enquanto aquilo que se designa com as palavras "Determinação", "Finalidade", "Germe", "Ideia" da história anterior mais não é do que uma abstração formada a partir da história posterior, uma abstração a partir da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior.

Quanto mais se expandem, no curso deste desenvolvimento, os diversos círculos que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento original de cada nacionalidade é aniquilado pelo modo de produção e o intercâmbio já formados e pela divisão do trabalho entre as diferentes nações assim naturalmente produzida por eles, tanto mais a história se torna história mundial, pelo que, por exemplo, quando em Inglaterra é inventada uma máquina que deixa sem pão inúmeros operários na Índia e na China e transforma profundamente toda a forma de existência destes impérios, este invento torna-se um fato histórico-mundial; e o açúcar e o café provaram a sua importância mundial no século XIX pelo fato de a falta destes produtos, provocada pelo Sistema Continental Napoleônico ter levado os Alemães à revolta contra Napoleão e se ter assim tornado a base real das guerras gloriosas de libertação de 1813. Daqui decorre que esta transformação da história em história mundial não é, de modo nenhum, um mero ato abstrato da "Consciência de Si", do

Espírito do mundo ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato totalmente material, demonstrável empiricamente, um ato cuja prova é fornecida por cada indivíduo no seu dia-a-dia, ao comer, ao beber e ao vestir-se.

Na história até aos nossos dias é, sem dúvida, igualmente um fato empírico que cada um dos indivíduos, à medida que a atividade se alarga à escala *histórico-mundial*, fica cada vez mais escravizado sob um poder que lhe é estranho (cuja pressão eles imaginaram como chicana do chamado Espírito do mundo, etc.), um poder que se tornou cada vez mais desmedido e que em última instância se legitima como o *mercado mundial*. Mas, do mesmo modo, está empiricamente provado que pelo derrubamento do estado de coisas vigente na sociedade por meio da revolução comunista (da qual mais adiante falaremos) e da abolição da propriedade privada que àquela é idêntica, este poder tão misterioso para os teóricos alemães será dissolvido, e então será realizada a libertação de cada um dos indivíduos na medida em que a história se transforma completamente em história mundial. Depois do que atrás ficou dito, torna-se claro que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende completamente da riqueza das suas relações reais. Só deste modo os diferentes indivíduos são libertados das várias barreiras nacionais e locais, colocados em relação prática com a produção (também com a espiritual) de todo o mundo e colocados em condições de adquirir a capacidade de fruição para toda esta variada produção da Terra inteira (as criações dos homens). A dependência *integral*, esta forma natural da cooperação *histórico-mundial* dos indivíduos, é transformada por esta revolução comunista no controle e domínio consciente destes poderes que, gerados da ação dos homens uns sobre os outros, até aqui se lhes têm imposto e os têm dominado como poderes completamente estranhos. Ora, esta visão pode, de novo, ser concebida de modo idealista-especulativo, ou seja, de modo fantástico como "autogeração da espécie" (a "sociedade como sujeito"), e deste modo a série consecutiva de indivíduos em conexão entre si pode ser imaginada como um único indivíduo que realiza o mistério de se gerar a si próprio. Torna-se aqui evidente que os indivíduos se fazem de fato *uns aos outros*, física e espiritualmente, mas não se fazem a si próprios, nem no sentido absurdo do sagrado Bruno, nem no sentido do "Único", do homem "feito".

Por fim, da concepção da história que desenvolvemos obtemos ainda os seguintes resultados: 1) No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) — e, em conexão com isto, é produzida uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem gozar das vantagens desta e que, excluída da sociedade, é forçada ao mais decidido antagonismo a todas as outras classes; uma classe que constitui a maioria de todos os membros da sociedade e da qual deriva a consciência sobre a necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, a qual, evidentemente, também se pode formar no seio das outras classes por meio da observação da posição desta classe; 2) que as condições, no seio das quais podem ser aplicadas determinadas forças de produção, são as condições do domínio de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, decorrente da sua propriedade, tem a sua expressão *prática-idealista* na respectiva forma de Estado, e por isso toda a luta revolucionária se dirige contra uma classe que até então dominou; 3) que em todas as revoluções anteriores o modo da atividade permaneceu sempre intocado e foi só uma questão de uma outra distribuição desta atividade, de uma nova repartição do trabalho a outras pessoas, ao passo que a revolução comunista se dirige contra o *modo* da atividade até aos nossos dias, elimina o *trabalho* e suprime o domínio de todas as classes suprimindo as próprias classes, porque é realizada pela classe que na sociedade já não vale como uma classe, não é reconhecida como uma classe, é já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades, etc., no seio da sociedade atual; e 4) que, tanto para a produção massiva desta consciência comunista como para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa *revolução*; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe *dominante* de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe *que a derruba* só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.

Fonte: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 5. Desenvolvimento das forças produtivas como uma premissa material do comunismo. In: _____. Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista. (Capítulo Primeiro de *A Ideologia Alemã*). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/index.htm>. Acesso em: 27 jul 2009 11h12.

CRISE, MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: MANUTENÇÃO OU SOCIALISMO

Maria de Fátima Rodrigues Pereira



A palavra crise deriva do grego "Krisis", do latim "crise", e quer dizer alteração brusca, conjuntura perigosa, dificuldades graves. Neste caso, dificuldades, perigo, alteração que acometem o modo de existência. Vivemos e ouvimos diariamente notícias e análises veiculadas pelos meios de comunicação do capital que o mundo está em crise, que a economia mundial está em crise. Podemos dizer que o atual modo de produção está em crise. Não é a primeira crise – também são ditas e lembradas as crises de 1909, 1920 e, sobretudo, a de 1929. Também se fala das crises do modo de existência feudal ou escravista. Considera-se, então, que a crise é inerente aos modos de existência em que a propriedade é privada e há luta de classes.

Foi na crise do modo de existência feudal que se engendrou o modo capitalista de produção:

Vemos, portanto: os meios de produção e de circulação, sobre os quais a burguesia se apóia, formaram-se na sociedade feudal. Em uma certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de circulação, as forças produtivas não encontraram mais correspondência com as relações com as quais a sociedade feudal produzia e trocava, com a organização feudal, a agricultura de subsistência, a produção artesanal das corporações de artes e ofícios da manufatura incipiente, em suma, com as relações de propriedade. Estas obstuíam a produção ao invés de incentivá-la, transformando-se em outras tantas amarras que paralisavam a expansão da vida. As relações de produção precisavam ser destroçadas e foram destroçadas. No seu lugar apareceu a livre concorrência, com a sua organização social e política correspondente, sob a dominação econômica e política da classe burguesa (MARX E ENGELS, 1998, p.13).

No modo de produção feudal, em que a propriedade e as relações de produção assentavam na posse da propriedade da terra e na economia de subsistência, a crise – o mal estar que se instalava e levou às revoltas populares, a fome e as epidemias – estava associada às guerras pela posse da terra, às más colheitas em virtude de anos sucessivos de catástrofes climáticas, tais como enchentes, geadas, secas, pragas na agricultura e às epidemias que dizimavam os camponeses. A última desta crise de "subprodução" própria do Antigo Regime ocorreu em 1848. Este ano marca, também, a primeira crise do novo regime, do modo de existência capitalista, cuja característica é o crescimento dos meios de produção, ou seja: as crises do sistema capitalista não se relacionam com a baixa produtividade, ao contrário, elas se dão com a presença de uma alta produção que não encontra correspondência na expansão das forças produtivas, amarradas às relações, aos interesses do controle pelo aumento do lucro do capital.

As relações de produção e de circulação burguesas, as relações de propriedade e de circulação burguesas, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parece o feiticeiro que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou. Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção (MARX E ENGELS, 1998, p.13).

O atual modo de produção capitalista da vida constitui-se nas relações entre o trabalho assalariado e o capital para a produção de bens à reprodução da vida dos humanos. Essas relações de produção são atravessadas por uma contradição entre a produção social e a apropriação privada, isto é, a produção social em benefício de interesses privados. Ou seja: o atual modo de existência, que se caracteriza pela produção de mercadorias para a venda, é atravessado por uma contradição existencial: o produtor não é o dono da produção. Os produtos, as mercadorias, pertencem ao capitalista, que ganha com a mais-valia, advinda da

diferença entre o valor do produto e o valor do capital envolvido no processo de produção. O valor do capital é constituído pelo capital constante, correspondente ao valor despendido em meios de produção e o valor variável à compra do trabalho assalariado. Os meios de produção são esgotados no processo de produção e seus valores reaparecerão no produto. A força de trabalho também é consumida no processo de produção, mas o consumo da força de trabalho é o próprio trabalho. Como este último possui a dupla característica de ser, ao mesmo tempo trabalho abstrato e trabalho útil na produção de mercadorias, o valor do trabalho tem, também, um duplo caráter: a força de trabalho possui tanto valor de uso de ser capaz de criar valores de uso (trabalho útil) quanto o valor de uso de ser capaz de criar valor (trabalho abstrato). É este último que interessa ao capitalista, pois o valor produzido quando a força de trabalho é consumida é um novo valor, e os trabalhadores são empregados devido, apenas, à expectativa de que esse novo valor seja maior do que o valor da força de trabalho. A posse dos meios de produção e os resultados dos frutos do trabalho são usufruídos de forma diferente pelos donos do capital e do trabalho, pouco para estes e muito para aqueles.

É, então, característica do modo de produção capitalista essa tensão entre a produção cada vez em maior escala e as relações de produção aprisionadas aos interesses de acumulação de lucro. A história desse modo de existência, atravessado por esse conflito que se manifesta nas lutas entre o trabalho e o capital, é a história das lutas de classe entre o capital e o trabalho. Até hoje a história do atual modo de existência tem sido a administração dessas crises. Ou seja: o modo de existência tem como característica a contradição e a crise que pode manifestar-se na conjuntura e na estrutura a ponto de comprometer a sua continuidade. Até hoje, o resultado da administração das crises tem sido favorável à manutenção deste modo de existência. Mas as crises têm-se mostrado cada vez maiores e mais amplas porque as relações capitalistas subsumem a tudo e a todos. O diagnóstico e os remédios ao mal que acomete o modo de existência, a crise atual, têm-se pautado pela manutenção das atuais relações de produção. Ministrados pelos governos de plantão e seus assessores, as tentativas de solução têm sido liberais com base na oferta e demanda das mercadorias, da produção e o consumo, da acumulação do lucro e regulação para menos dos salários – daí a defesa da flexibilização das relações de trabalho e do controle da educação e da ciência em níveis que interessam ao controle do capital – derramando possibilidades de consumo, baixando impostos, mandando cheques por correio, regulando e freando o apetite do capital financeiro, enfim promovendo por dentro dos aparelhos dos governos um assalto aos fundos públicos acumulados na divisão social do trabalho e agora postos ao serviço gigantesco da conservação, da reestruturação deste modo de existência perdulário, devastador da natureza e da vida humana, promotor da desesperança e da barbárie.

Entretanto, os diagnósticos e correspondentes remédios atualmente ministrados para curarem a crise são a prova prática da inverdade da própria tese e prática econômica que conduziu à atual crise, a lei do *laissez-faire*, de que o mercado é soberano e governa bem os homens, leia-se os interesses de acumulação de capital governam bem o mundo. Os remédios para evitar a morte do atual modo de existência se caracterizam pela intervenção nas danças e contradanças do capital, a ponto de chamar os trabalhadores para fortalecerem os seus sindicatos, admitir os trabalhadores como protagonistas da solução da crise – quando se prega o fim do trabalho –, rever que a história não acabou e que precisa ser remendada, costurada, quando se afirmava o seu fim. Os remédios vêm, também, protegidos com o invólucro da intervenção, pois os apetites do capital precisam ser moderados, controlados, regulamentados e, se necessário, serem submetidos a bisturi. O feitiço virou-se contra o próprio feiticeiro, cumpriu-se mais uma vez a análise de Marx, a crise foi engendrada nas contradições do sistema sob as políticas pautadas nos ideais neoliberais e os remédios até agora aplicados demonstram que os que defenderam e aplicaram não são bons para a manutenção do capitalismo. Ou seja: à contragosto tiveram que admitir que o mercado não é mais regulado por si; que tende ao bloqueio e a novas crises que demandam novos e mais potentes remédios.

Como vamos mantê-las sob controle? Para os liberais: por queima de forças produtivas, extorquindo mais-valia, portanto, maior fardo para os trabalhadores, pela reorganização, expansão e controle da tecnologia e da ciência, pelo assalto e controle de fontes de energia, se necessário com a guerra, como já hoje é ensaiado no Afeganistão, Irã, Faixa de Gaza, no México, no Equador, na Venezuela, nas Honduras. Para os socialistas que lutam pela superação deste modo de existência, porém, a atual crise revitaliza os princípios fundados na teoria marxista, os próprios intelectuais orgânicos da burguesia voltaram a se informar das teses formuladas

por Marx, Engels, Lênin, Gramsci, Goldman, Mészáros. Para nós, socialistas, trata-se de desvelar em todas as áreas da vida humana a contradição que está posta e engendrarmos o mundo de homens livres e emancipados, o que impõe trabalho e luta.

Bibliografia

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *O manifesto comunista*. 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contraponto / São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CRISES CÍCLICAS OU LIMITES ESTRUTURAIS?

José Luís Sanfelice

Já no século XIX Marx e Engels (1977) constatavam de modo extremamente arguto que "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais...". A engenhosidade do pensamento marxiano referia-se à "subversão contínua da produção", ao "abalo constante de todo o sistema social", à "agitação permanente" e à "falta de segurança" como características da "época burguesa".

Como se fossem os dias de hoje, Marx e Engels (1977) vaticinavam dois séculos atrás: "Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte". E o pensamento marxiano esmerou-se em explicações sobre como estava ocorrendo tal processo.

Para desespero dos reacionários, ela (a burguesia) retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias primas vindas das regiões mais distantes e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo, (o "isolamento de regiões e nações é substituído pelo intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações"). E isso se refere tanto à produção material como à produção intelectual. ... A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis (Marx e Engels, 1977).

No século XX, o historiador marxista Hobsbawm (1982) concluiu: "O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848". Houve e há, portanto, um modo-de-produção, denominado capitalista, que se tornou absolutamente hegemônico. O socialismo real, por enquanto, sucumbiu.

A dimensão revolucionária do capitalismo não parece incomodar o pensamento marxiano e marxista. Os limites estruturais da dimensão revolucionária sim. A dimensão revolucionária do capitalismo que implicou numa relação de mão-dupla com as revoluções técnicas e científicas, por exemplo, tem uma dimensão civilizatória. Mas as condições pelas quais capital e trabalho se imbricam contraditória e antagonicamente, no transcorrer dessas revoluções, não. São situações contínuas de exploração, alienação e desumanização de todos os seres humanos.

A burguesia tem dado sequência às transformações que visam ampliar a concentração de capital sem alterar a essência das atuais relações de produção, ou seja, a exploração do trabalho. De uma certa forma a revolução burguesa continua, mas no limite intransponível para a lógica do modo-de-produção capitalista e que supere a contradição capital versus trabalho. Daí as crises aparentemente cíclicas mas, de fato, estruturais. Guerras, práticas imperialistas, superprodução, bolhas imobiliárias, falências e desemprego fazem com que os capitalistas alterem algumas das formas pelas quais o modo-de-produção capitalista atua, sem que se modifique sua essência. As formas novas de procedimento são sempre paliativas. Exemplos: o Estado de bem-estar social, as políticas afirmativas ou reparadoras, a "ajuda" das Agências multilaterais ao terceiro mundo, dentre tantas outras. O capitalismo globalizado de hoje, como no passado, altera as aparências para assegurar a reprodução da sua essência e, pelo discurso dos seus arautos, proclama-se como sendo o ponto definitivo da história humana.

Acredito que de forma coerente com o pensamento marxiano é possível se dizer que a saga do modo-de-produção capitalista viabilizou o amoldamento de praticamente todas as instâncias das respectivas sociedades aos fins que as classes hegemônicas burguesas visam para si.

Tomo como exemplo a educação. Nas sociedades capitalistas foi fundamental diferenciar a educação das elites da educação para as classes trabalhadoras. A principal estratégia utilizada, dos primórdios da revolução burguesa até os dias de hoje, foi a de educar o povo nas escolas estatais. A escola estatal denominada de pública é, na verdade, a escola do Estado burguês para educar o povo.

As várias maneiras pelas quais a escola estatal básica se materializou, nas diferentes sociedades capitalistas, tomaram-a importante instituição no processo: a) de conformação das novas gerações às características gerais do modo-de-produção capitalista; b) de inculcação da cultura que acompanha as referidas sociedades nos diferentes espaços que elas ocupam no capitalismo como um todo; c) de preparação precária dos filhos das classes trabalhadoras para as exigências elementares do mundo do trabalho. Tem sido suficiente, com tais providências, garantir as condições de produção e reprodução do *status quo*, uma vez que outras instâncias formadoras (igrejas, exército, mídia, etc.) complementam o serviço da escola estatal.

Ciclicamente a escola estatal básica é declarada em crise. Ledo equívoco, pois os limites estruturais do modo-de-produção capitalista perpassam tudo o que ele institui. Quando o capitalismo se modifica nas suas formas e não na sua essência, a tendência é alterar a educação que oferece, mediada pelo Estado burguês, para o povo. Reformas educacionais, mudanças curriculares, gratuidade, obrigatoriedade, laicidade, tempo de escolaridade básica são aspectos de um único e mesmo processo. A escola estatal para o povo, pelos limites estruturais, não pode ser de qualidade revolucionária, desalienadora, libertadora e voltada para uma formação moral de solidariedade universal. Pelo contrário, o capitalismo mundializado afeta profundamente os sistemas nacionais de educação e, por isso mesmo, as soluções para a educação também não são formais, mas essenciais (SANFELICE, 2008).

Uma utopia seguida de uma ação por uma nova educação implica em uma utopia seguida de uma ação na construção de uma sociedade para além dos limites estruturais da ordem capitalista burguesa. A base material em que se assenta a condição histórica de hoje, para além da sua produção e reprodução, contraditoriamente viabiliza a resistência e a contra-consciência. A sociedade qualitativamente superior à vigente está em construção, pois se tornou historicamente possível decifrar os limites estruturais da (des)ordem estabelecida.

Com o deciframento dos limites estruturais da (des)ordem estabelecida, à luz do pensamento científico marxiano, toma-se possível entender que a base material das sociedades vem sendo revolucionada pela burguesia. Falta, agora, o "pulo do gato": revolucionar as relações sociais, a começar por quebrar a tese sagrada da burguesia, da propriedade privada dos meios de produção. Trata-se, portanto, de não se ter uma postura reacionária, como alertava Marx e Engels no século XIX, no que diz respeito à revolução material da burguesia. Por outro lado, trata-se também de não se conter face aos limites estruturais da atual (des)ordem. Ou seja: a revolução precisa estender-se para a ordem social. Liberdade, igualdade e fraternidade continuam sendo ideias progressistas, mas não como uma bandeira nas mãos burguesas, e sim nas mãos dos que vivem da venda do seu trabalho e daqueles que nem mesmo conseguem vendê-lo.

Há, desde já, uma luta a ser travada na educação, pois ela necessita de mudanças radicais. É chegada a hora de transformar a escola básica estatal que "educa" o povo, em uma escola estatal educada pelo povo e para seus interesses. É preciso tornar a escola estatal livre da lógica do capital. Como diz Mészáros (2005): "(...) perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a serem inventados, e que tenham o mesmo espírito".

Referências:

- HOBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
MARX, K., ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
SANFELICE, J. L. Transformações no Estado-nação e impactos na educação. In: Lucena, C. (Org.). *Capitalismo, Estado, Educação*. Campinas: Alínea, 2008.

O OUTRO LADO DA CRISE É A LUTA



Ademar Bogo
Junho 2009

Qualquer crise do capitalismo, nesta fase madura do imperialismo, nos remete ao seu ponto de partida, quando no século 18, teve início a Revolução Industrial. Dali em diante não somente foi possível produzir excedentes, expandir o mercado e acelerar a formação do capital financeiro, como, também, a indústria fez surgir uma potente classe operária que, por força das circunstâncias, obrigou-se, pelo menos, por um século, a se colocar como força auxiliar da burguesia. O rompimento viria na primeira crise de superprodução em 1870. O operariado mostrou ser o outro lado: empunhou a bandeira da Comuna de Paris, não somente para enfrentar o capital, mas também para aprofundar a crise de poder do Estado capitalista. Sendo assim, fez ruir os pilares de dominação da classe burguesa. Dali em diante, enquanto a burguesia utilizava as guerras como instrumento para atacar as consequências das crises, o proletariado respondia com revoluções. Seriam estes os desfechos prováveis para enfrentar a crise atual?

A partir de 1776, marco referencial do início da Revolução Industrial, a classe operária entrou na história como elemento novo no espectro das contradições estruturais. Em 1789, contribuiu na Revolução Francesa com menos vigor, mas, a partir de 1830 até 1848, não restou outra escolha a não ser servir de força auxiliar para que as burguesias nacionais da Europa realizassem as suas revoluções.

As revoluções burguesas ajudaram o proletariado enquanto classe a formular e a sistematizar as ideias que orientariam os próximos esforços. Foi justamente neste período que Marx e Engels elaboraram o Manifesto do Partido Comunista; primeiramente como programa da Liga dos Comunistas, depois como ideias do movimento internacional.

O pensamento revolucionário elevou a compreensão de que uma Associação Internacional seria fundamental para articular o proletariado de todos os países na mesma direção, o que veio a ocorrer em 1864.

Mas eis que explode a primeira crise de superprodução em 1870 e o proletariado francês responde bem a ela. Fez o levante um ano depois e instalou a Comuna de Paris, expulsando os capitalistas para fora daquele território.

A referência da Comuna de Paris demonstrou que o proletariado e as massas populares, dali em diante, não seriam mais força auxiliar de nenhuma classe. Seriam, sim, forças motrizes e dirigentes de si próprias. Os instrumentos utilizados para tanto foram as associações internacionais, juntamente com o partido político e as lutas, fossem elas espontâneas, sindicais ou insurrecionais. Foi assim que, em 1889, foi fundada a Segunda Associação Internacional e, em 1898, o Partido

Operário Social Democrata Russo, que conduziu a primeira revolução socialista à vitória em 1917.

Enquanto classe, o proletariado viveu, até a primeira revolução de 1917, a Revolução Francesa de 1789 e a Burguesa de 1848 na Europa, a crise de superprodução de 1870, a Primeira Guerra Mundial de 1914-1919 e uma crise teórica profunda com sérias posições divisionistas.

As contradições entre os capitalistas levaram-nos a utilizar o meio mais apropriado para solucionar as crises de crescimento econômico: a guerra. Nesse período, o capital já superara a sua fase concentradora e avançava para a fase centralizadora, em que os diversos ramos de produção e circulação de mercadorias passaram a estar vinculados aos mesmos grupos econômicos, dominados pelo capital financeiro, ou seja, a indústria e os Bancos encontraram o meio mais lógico de ir a todas as partes do planeta acompanhando o mercado. A fase imperialista do capital ganhava ali a autoridade de se impor livremente.

A Primeira Guerra mundial teve êxito, mas não duradouro. O capital financeiro, ansioso por acumular rapidamente também pela especulação, provocou uma nova crise depressiva, em 1929. Os capitalistas, novamente, não encontrando outra solução, dez anos depois, em 1939, com a mesma solução da crise anterior, deram início à Segunda Guerra Mundial, dividindo ao meio as forças das potências capitalistas e envolvendo a Rússia socialista.

Terminada a Segunda Guerra em 1945, parte dos capitalistas foi vencedora, mas o socialismo ampliou o seu território de domínio e, logo em seguida, viria a China Popular a somar-se a este contingente.

Os capitalistas utilizaram como instrumento de recuperação o Estado investidor e de "Bem Estar". Visaram ampliar os investimentos e recolocar o novo impulso de crescimento sobre os destroços da guerra. Refizeram-se as potências e renovaram-se as contradições.

Isso, porém, juntamente com o paraíso do "Estado de Bem Estar Social", tinha prazo marcado para acabar: o ano de 1970, com a crise do petróleo.

As coisas funcionaram até 1970 de tal modo que, enquanto os capitalistas ganhavam com as guerras, o proletariado ganhava com as revoluções ou com a conquista de direitos trabalhistas.

Veio a terceira crise, mas não veio a terceira guerra. Havia muitos interesses em jogo. O bloco socialista, embora mostrando sinais de cansaço no crescimento, estava bem aparelhado militarmente e, para os capitalistas disputarem entre si o

novo campo de crescimento, teriam que dividirem-se enfraquecendo-se e com isso o território socialista poderia ser ampliado.

Também não vieram as revoluções. A partir de 1970, concluiu-se a revolução vietnamita, efetuou-se a libertação das colônias africanas do jugo Português e esbarrou-se na revolução nicaraguense.

Os capitalistas, ao invés da guerra, buscaram outro caminho. Utilizaram outros recursos que tendiam para a não destruição direta de mercadorias. Em primeiro lugar, os Bancos aproveitaram-se das dívidas externas dos países dependentes e estabeleceram pesados juros para sanarem os seus prejuízos ou garantirem seus lucros. Em segundo lugar, apelaram para as privatizações. Os Estados repassaram para o capital privado tudo aquilo que haviam acumulado como investimentos a partir da Segunda Guerra. Em terceiro lugar, apropriaram-se do patrimônio social dos Estados Socialistas, acumulado por décadas de trabalho. Em quarto lugar, mantiveram algumas guerras em atividades, tais como Kuwait, Afeganistão, Iraque e dezenas de ameaças para garantirem a produção industrial bélica. Em quinto lugar, intensificaram a exploração da natureza e, em sexto, inventaram a indústria do capital fictício especulativo, nos Estados Unidos, que desencadeou a crise de 2008.

Enquanto os capitalistas faziam as manobras citadas, nós, enquanto classe, ao invés de revoluções, perdíamos a capacidade organizativa e rebaixávamos a qualidade das ações. Além de vermos as organizações de classe fragilizarem-se e desapegarem-se das classes num movimento alucinado em direção à institucionalidade, perdíamos, também, no campo das idéias, o conteúdo dos conceitos e dos princípios revolucionários.

Se nos períodos anteriores a ação das classes produzia a vanguarda e articulava as massas populares, neste período, ao deixar de agir qualificadamente, as vanguardas criadas anteriormente, com seus instrumentos, abandonaram as classes e as massas populares, distanciaram-se delas e agiram declaradamente como forças contra-revolucionárias, institucionalizadas. Ao invés de forçarem as rupturas, fortaleceram a ordem. "A coisa virou o seu contrário".

O argumento "do outro lado da crise", para que de fato se possa considerá-lo, necessita ser amparado por três instrumentos fundamentais: a) A espontaneidade das massas, pois elas, ao estimularem-se, garantem o impulso do ascenso e, ao mesmo tempo, servem de embrião na formação da consciência, pois descobre-se, neste despertar, quais são as tarefas a serem agarradas; b) o referencial teórico que passa a compreender a importância deste movimento e a profundidade das contradições; c) a organização do proletariado, dos camponeses e das massas populares através de um instrumento político e de centenas de formas de estruturas atualizadas e adequadas ao momento histórico.

No entanto, as forças conscientes devem guardar-se de qualquer espírito triunfalista imediatista, pois a revelação da crise econômica não desencadeia automaticamente a reação contrária. Os Estados atuais são muito poderosos e, como tal, possuem reservas políticas para atuarem em favor da classe dominante, utilizando, para isso, inclusive entidades e lideranças dos trabalhadores. Mas é inegável que a crise cria, de imediato, condições favoráveis para divulgar e debater idéias. Este é o papel fundamental da parte consciente: levar todas as forças a assumirem a mesma posição de classe.

Como ser o outro lado da crise para aprofundar a crise?

É preciso compreender que o capitalismo enquanto modo de produção não está totalmente em crise, embora se aponte que a crise estende-se para além da economia e inclua a ecologia, a política, a cultura, a ética e a organização social, o Estado ainda mostra capacidade de controle da situação, tanto para auxiliar o capital quanto para reprimir e retardar as reações populares.

Poderíamos dizer, então, que o proletariado, os camponeses e as massas populares deverão atuar em três campos para iniciar o processo de intervenção direta:

1º - No estabelecimento dos conflitos.

Os conflitos, nesse sentido, têm a obrigação de mudar a atual correlação de forças. É a capacidade de reação em movimento que revela as contradições pela ação direta. As ações são criações das forças em movimento, que se qualificam ao realizá-las.

2º - Recolocar o conceito de acúmulo de forças como referencial obrigatório.

Ao acúmulo de forças, embora o momento já aponte para um "ciclo" ofensivo, é imprescindível investir neste conceito para saber como dispor as forças no campo de ação. Nesse sentido, o acúmulo de forças precisa combinar três aspectos: a) Mobilização; b) Organização; c) Formação da consciência.

As mobilizações apontarão para as formas organizativas necessárias, conservando umas e superando outras, e, através da experiência, despertarão a consciência que deverá ser elevada através do auxílio dos estudos e do conhecimento científico.

3) Elaborar o projeto político.

Abre-se, com o aprofundamento da crise, a possibilidade do proletariado, dos camponeses e das massas populares acumularem para lutarem pelo poder. O projeto é, então, a formulação que aponta para os tipos de táticas a serem utilizadas e o conteúdo da estratégia que precisamos para avançar no rumo da transformação social.

Contudo a crise tende a ser profunda e prolongada, ela também aponta em três direções:

1º - Os capitalistas poderão encontrar uma saída para recolocar o capital em crescimento temporariamente.

É importante compreender que os capitalistas já não possuem mais recursos para efetuarem mudanças estruturais no modo de produção capitalista. Todas as saídas serão conjunturais e, portanto, as crises tenderão a ser cada vez mais próximas umas das outras.

Os capitalistas poderão agir de duas maneiras combinadas: a) reformulando aspectos da produção de mercadorias, mesmo que reduzindo os lucros. Exaurirão ainda mais a natureza e priorizarão alguns ramos da produção; ou b) Provocarão a terceira guerra mundial, colocando as potências capitalistas entre si. Como não haverá mais a ameaça socialista, ganharão sempre, mesmo que uma parte fosse massacrada. Aproveitarão também para eliminar um contingente enorme de seres humanos que não se encaixam mais no atual estágio de civilização capitalista.

2º - O proletariado, os camponeses e as massas populares se levantarão como força universal efetuando a ruptura.

Nesse caso, as classes e as massas populares tomarão o destino da humanidade em suas mãos. As revoluções serão colocadas na ordem do dia para todos os países, de tal maneira que o socialismo aparecerá como o modo de produção transitório para o comunismo, tendo que resolver antes todas as mazelas ora em vigor. Não deixará de ser um caminho longo e doloroso, mas oferecerá condições para que a humanidade siga seu rumo sem destruir-se totalmente.

3º - Se gravará e aprofundará o estado de barbárie.

Essa terceira possibilidade virá caso nem os capitalistas nem os socialistas consigam pôr em andamento as suas concepções. A barbárie será, então, o fim da civilização, em que a sociedade por si própria encontrará meios para eximir-se de qualquer responsabilidade civilizatória. Cabe lembrar que esta alternativa pode ocorrer, pontualmente, mesmo se os capitalistas encontrarem uma solução paliativa para a crise que não seja a terceira guerra.

Como seres otimistas e socialistas, torçamos para que a segunda opção seja a vitoriosa, pois nenhuma das outras duas alternativas é animadora. Para tanto, precisamos acreditar que o outro lado da crise somos nós nas diversas frentes de batalha.



ITINERÁRIOS DE UMA CONTROVÉRSIA MARXISTA, CRISES ECONÔMICAS E SITUAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Valerio Arcary

Doutor em História pela USP

Professor do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia)

Para analisar uma situação (...) é necessário distinguir entre as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária e a situação revolucionária mesmo. As condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária se dão, falando em geral, quando as forças produtivas de um país estão em decadência, quando diminui sistematicamente o peso do país capitalista no mercado mundial e os rendimentos das classes também se reduzem sistematicamente; quando o desemprego já não é simplesmente a consequência de uma flutuação conjuntural, mas um mal social permanente com tendência a aumentar (...). Mas não podemos esquecer que a situação revolucionária se define politicamente não só sociologicamente, e aqui entra o fator subjetivo. E este não consiste somente no problema do partido do proletariado, mas é uma questão de consciência de todas as classes. (...) A situação revolucionária só se dá quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes. Que mudanças? (...) As mudanças no estado de ânimo da classe média e do proletariado correspondem e são paralelas às mudanças no estado de ânimo da classe dominante, quando esta vê que é incapaz de salvar seu sistema, perde confiança em si mesma, começa a desintegrar-se, se divide em frações e camarilhas (Leon Trotsky, 1976).

A última crise do capitalismo não será a crise última do capital. O capitalismo não terá "morte natural". Seu destino dependerá da capacidade dos trabalhadores de se unirem em torno de um programa contra a propriedade privada. Seus limites históricos são, todavia, cada vez maiores. As operações estatais de assistência aos mercados pretendem impedir que a recessão se transforme em depressão, mas podem estar alimentando uma longa recessão. Existe um temor profundo entre as classes dominantes de que uma depressão, como nos anos trinta, poderia deixar várias regiões do mundo ingovernáveis. Mas as crises econômicas não se desdobram necessariamente em situações revolucionárias.

Uma instigante referência para a teoria dos tempos políticos da revolução foi a elaboração de Lenin, que se dedicou a ela por duas vezes: depois de 1905 e depois de Outubro. Em primeiro lugar, é importante destacar que, por *necessidade da polémica com as concepções voluntaristas*, expressas na Rússia, pela influência dos esseristas (o partido social revolucionário, herdeiro dos "populistas" do final do XIX) e da influência dos bakuninistas - e dos métodos blanquistas - Lenin *sempre frisou a dimensão mais objetiva do fenômeno*.

Como definir uma situação revolucionária, ou uma crise revolucionária e, de modo mais geral, uma revolução? Em Lenin, os três conceitos são usados para definir fenômenos inseparáveis, mas distintos. Defende que o papel dos revolucionários, se organizados como um partido na luta pela direção das massas, *poderia ser decisivo para o triunfo da revolução*. Coloca a ênfase, no entanto, também, na *análise da situação revolucionária como sendo um dos tempos da luta de classes*.

Invoca, nesse sentido, toda a tradição marxista que *diferencia o lugar histórico objetivo do sujeito social* - o bloco de classes com interesse na revolução - do *papel político subjetivo* da direção, o partido, ou os partidos engajados na luta pela revolução. Lenin define a crise revolucionária - *o momento mais agudo e instável da situação revolucionária, em que a luta pelo poder é possível* - a partir do estudo das mudanças nas relações de forças entre as classes. Reconhece suas *refrações mais objetivas na intensidade maior ou menor da crise do regime político, que se manifesta no colapso da governabilidade das instituições do Estado*.

Lenin e a centralidade do conceito de situação revolucionária

Uma definição clássica de situação e crise revolucionária é a que Lenin apresentou em *A falência da Segunda Internacional*. Nesse ensaio foi introduzida, pela primeira vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos. O protagonismo ativo e militante das massas é ressaltado *como condição sine qua non*, anterior e mais importante que a profundidade dos elementos mais objetivos, como a gravidade da crise econômica ou de outra catástrofe:

Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de

não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da "cúpula", crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que "a base não queira mais" viver como outrora, mas é necessário ainda que "a cúpula não o possa mais"; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos "pacíficos", saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria "cúpula" para uma ação histórica independente.

A situação revolucionária se estabelece antes da crise revolucionária e teria dois fatores fundamentais de impulso. Lenin define-a como *o momento da grande crise nacional e da irrupção das massas para a política*, uma fórmula que combina, essencialmente, dois elementos fundamentais:

- (1) a existência de uma catástrofe (nas suas inúmeras e variadas formas, sejam elas: a crise econômica e seus dois "cavaleiros do apocalipse", inflação fora de controle ou intolerável desemprego em massa) ou a guerra, abatendo-se sobre as massas de forma avassaladora e diante da qual o governo apareça como responsável e impotente;
- (2) uma disposição das massas para ações coletivas, um despertar para a política das camadas mais inativas, *uma vontade de lutar*, ou seja, a perda dos inúmeros medos que são as forças de inércia histórica, como podemos conferir na sequência do mesmo texto:

Sem essas alterações objetivas, independentes não somente da vontade desses ou daqueles grupos e partidos, mas também dessas ou daquelas classes, a revolução é, como regra geral, impossível. É o conjunto dessas alterações objetivas que constitui uma situação revolucionária. Viveu-se essa situação em 1905 na Rússia e em todas as épocas de revoluções no Ocidente; mas ela existiu também nos anos 60 do século passado na Alemanha, assim como em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, em-bora não tenha havido revoluções em tais momentos. E por quê? **Porque a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que a todas alterações objetivas acima enumeradas vêm juntar-se a uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo em época de crise, sem "ser derubado".** Essa é a concepção marxista da revolução, (...) foi confirmada com um particular realce pela experiência de 1905 (Lenin, 1979, p. 27-28).

A definição da situação revolucionária está ancorada na maturação dos fatores objetivos, ou seja, da crise, mas a passagem para a revolução, aqui apresentada como um sinônimo de crise revolucionária, ou momento em que a disputa pelo poder é possível, dependeria da presença acrescida de fatores subjetivos. Uma disposição para ações suficientemente vigorosas para quebrar o governo e derrubá-lo, ou seja, para cruzar a fronteira entre o protesto de massas e as mobilizações objetivamente insurrecionais. A centralidade desses fatores subjetivos já supõe uma mudança nas relações do sujeito social e suas representações políticas, como podemos conferir:

A revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores). Por conseguinte, para que estoure a revolução, é necessário, em primeiro lugar, conseguir que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, reflexivos e politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes sofram uma crise governamental que arraste à

política inclusive as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou até a centuplicação do número de pessoas aptas para a luta política pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que enfraqueça o governo e torne possível seu rápido derrocamento pelos revolucionários (tradução nossa).

Elaborado em 1920, como parte do esforço de divulgação da experiência bolchevique de construção de um partido marxista-revolucionário com influência de massas, no calor de uma crise revolucionária – a “fusão” do sujeito social com o sujeito político –, o texto coloca a ênfase na disposição das massas. Deve ser interpretado à luz da polêmica contra as pressões esquerdistas – semianarquistas – que se abatiam como uma avalanche sobre uma boa parte das organizações constituídas na Europa, depois de Outubro, e filiadas à III Internacional. Mas a fórmula de Lenin é algébrica – guarda uma incógnita – porque os dois fatores da situação revolucionária, crise social e mobilização de massas, podem estar desigualmente desenvolvidos. Trotsky insistiu:

Não se pode saber de antemão, nem indicar com exatidão matemática, em que momento destes processos está madura a situação revolucionária. (...) As condições políticas de uma

situação revolucionária se desenvolvem simultânea e, mais ou menos, paralelamente, mas isto não significa que amadurecem todas ao mesmo tempo; este é o perigo que nos ameaça. Das condições políticas em questão, a mais imatura é o partido revolucionário do proletariado (TROTSKY, Leon, *Ibidem*. 1976).

Assim, sempre será indispensável, na análise de cada processo, descobrir a sua originalidade, logo, suas forças e suas fraquezas. Ora a tragédia econômica se abate de forma avassaladora, mas as massas hesitam em buscar a via da luta (como, por exemplo, em alguns países da América Latina, nos anos 90 do século XX, depois de duas décadas perdidas de estagnação prolongada), ora a força do ascenso de massas surpreende, quando a situação econômica ainda não apodreceu (como em Maio de 68 na França). As crises são a ante-sala de períodos cheios de perigos, mas, também, de oportunidades.

Referências:

TROTSKY, Leon. Que é uma situação revolucionária? in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 513 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *A Falência da Segunda Internacional*, São Paulo, Kairos, 1979, p.27/8

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme)*. Pekin, Editions en langue étrangère, 1970, parte IX, p.85

O ESPÍRITO DE PORCO DO CAPITALISMO

Carlos Bauer

E-mail: professorcarlosbauer@gmail.com

Introdução

As crises e convulsões sociais não são abstrações, exercícios teóricos ou mesmo invenções dos críticos do capitalismo ou mesmo daqueles que lutam pela superação histórica desse modo de produção calcado na propriedade privada, na desigualdade e antagonismos sociais. Longe disso, elas se expressam na vida das pessoas pois são fenômenos próprios desse modo de produção concentrador da riqueza, reificante da vida social, que se desenvolve estruturalmente com base na exploração da mão de obra, na transformação do trabalho em mercadoria, no lucro, no rendimento do capital.

Quando falamos de homens que se desprendem da rede social – como no caso dos milhões de desempregados e dos milhares de atingidos pela peste suína, mencionados nesse artigo – estamos falando de pessoas de carne e osso que experimentam no seu próprio existir os dissabores dessas realidades.

Também é importante fazer notar um preceito da dialética pelo qual o estudo de uma realidade específica nos permite fazer juízos do que se produz num contexto mais amplo; ou seja: quando analisamos um caso particular, podemos nos aproximar da compreensão de uma realidade, histórica e social, que está em curso. A propósito disso ressalta-se que, quando falamos do capitalismo, estamos falando de um sistema mundial ou de sociedades abertas ou *empurradas belicamente* para um sistema mundial que, por sua vez, interfere e penetra profundamente em sua dinâmica social, na base econômica – ou, na forma pela qual se produz e se reproduz a sua condição material de existência, na forma pela qual se opera a divisão social do trabalho –, nas relações superestruturais, próprias do Estado, na ideologia; mas, ninguém pode considerar uma sociedade – qualquer que seja ela – apenas pelos seus elementos externos, existem particularidades impregnadas em sua cultura que deverão exigir do examinador o exercício de uma crítica interna e o afastamento de modelos *onipresentes* de sociedade.

Ao mesmo tempo em que reconhecemos as particularidades de uma determinada sociedade como, por exemplo, a brasileira, também reconhecemos as evidências emanadas do sistema mundial que a penetra, como também devemos reconhecer que nenhuma de suas características – por mais estável e perene que possa parecer – é definitiva e, tanto a sua permanência, quanto a busca de sua superação é o produto histórico da luta de classes.

Por consequência, pretendemos examinar mais nitidamente o abandono político e social dos trabalhadores como um objeto real, um domínio empírico, com o qual se pretende verificar a possibilidade de estabelecer uma relação entre o específico – que, nesse momento da história, se expressa, de forma decadente e degenerada, por intermédio do alastramento da *Influenza A*, com o geral, ou seja, a problemática

estrutural, protodepressiva que vem se expressando por meio da crise econômico-financeira do sistema mundial do capitalismo.

Aspectos da crise financeira e econômica mundial do capitalismo

A barbárie capitalista se expressa de diferentes formas e maneiras ao longo da história, inclusive, do ponto de vista econômico, de forma cíclica, criando assim, a ilusão de que os povos sob os seus domínios estariam condenados a repeti-la. É o que ocorre neste instante em que estamos mergulhados em uma grave crise estrutural mundial. Aliás, para muitos analistas, muito parecida com aquela que, iniciada com a quebra da bolsa de Nova York, em 29 de outubro de 1929, colocava a economia e, por conseguinte, a própria vida social no caminho do abismo, pois o desemprego crescia internacionalmente sem controle, traduzindo dramaticamente não apenas recessão da economia norte-americana, mas um sem-número de países produzindo, literalmente, uma grande depressão global.

Ironicamente, naqueles dias tumultuados, o “Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor” (HOBBSAWM, 1995, p. 97), recorde-se, inclusive, buscando dimensionar a repercussão da crise entre nós, onde mais de dois terços do café comercializado mundialmente era produzido em terras brasileiras.

Mas, ironia ainda maior é recordar o processo político precedente à crise de 1929, esta associada irremediavelmente à falência e à incapacidade da Liga das Nações em apontar caminhos que pudessem, a partir de 1918, superar os infortúnios causados pela Primeira Guerra Mundial e deter o alastramento da gripe espanhola que desde os fins do século XIX vinha dizimando tanto seres humanos quanto essa malfadada guerra.

Do ponto de vista da interpretação econômica, a presente crise do sistema mundial do capitalismo é uma manifestação cíclica dos problemas causados pela superprodução, articulados a uma quebra financeira e, seguramente, suas consequências sociais são as mais nefastas desde o segundo pós-guerra. De pronto, estamos presenciando a transformação de um período recessivo, muitas vezes localizado nesse ou naquele país, como aconteceu na década de 1980, para muitos considerada perdida numa depressão com repercussões mundiais.

A maioria dos países centrais do sistema mundial do capitalismo reconhece e tem dificuldades de superar os problemas recessivos que se aprofundam em seu próprio solo histórico, como é o caso dos Estados Unidos da América (EUA), que vem sofrendo as consequências da própria internacionalização e centralização do processo produtivo e do sistema financeiro, da derrubada das barreiras alfandegárias, da imposição dos tratados de livre comércio que ajudaram a formular e a disseminar pelo mundo inteiro.

Na Europa, a produção industrial despencou na Alemanha e na Inglaterra, países-chave na consertação econômica mundial e, segundo estimativas da União Europeia, a queda econômica em toda região é irreversível.

No Japão, segundo fontes oficiais, a queda na produção industrial foi de 10% em janeiro e 9,4% em fevereiro de 2009, ao mesmo tempo em que, na China, a desaceleração econômica foi muito grande, falando-se, inclusive, em convulsões sociais, pois o governo tem anunciado uma redução drástica nas taxas de crescimento, mais precisamente, as mesmas devem baixar de 12% para 5% ao ano, como consequência da drástica redução das exportações dos produtos industrializados no primeiro semestre do ano. Pelas características autoritárias do governo chinês, as convulsões sociais e levantes causados pelo desemprego, poderão trazer uma série de tensões e até mesmo provocar manifestações de desespero dos trabalhadores desse país.

Por sua vez, países como a Índia e a Rússia registram a diminuição de sua capacidade produtiva industrial, com previsões alarmantes sobre as consequências da queda do PIB, principalmente para os trabalhadores que deverão enfrentar uma onda de desemprego avassaladora. Aliás, segundo as previsões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de desempregados pode chegar ao total de 230 milhões em todo o mundo. Somente nos EUA, a estimativa oficial é que pelo menos 600 mil postos de trabalho são fechados mensalmente. Na Espanha, os índices de desempregados já ultrapassam os 17% da mão de obra ativa, índices semelhantes aos tradicionalmente verificados nos países latino-americanos.

Por falar na América Latina, para começo de conversa, é importante lembrar que, com a divisão internacional do trabalho, essa região periférica do capitalismo passou a ocupar um *importante* papel de fornecedora de matérias-primas, alimentos, minérios, combustíveis vegetais e fósseis, e até mesmo mão de obra aos países centrais ocidentais e asiáticos da economia mundial.

Essa situação não é nova; porém, a partir dos primeiros instantes do século XXI, o quadro de dependência do mercado mundial tornou as relações econômicas e políticas ainda mais vulneráveis nos países latino-americanos. Num primeiro momento, com o crescimento da economia mundial, houve um impressionante aumento na demanda de matérias-primas e, consequentemente, seus preços alcançaram patamares nunca antes registrados internacionalmente.

Com as exportações crescendo como nunca, tanto em volume quanto nos valores arrecadados, registrou-se um "espetáculo do crescimento" na quase totalidade dos países latino-americanos. Mas esses fatores econômicos favoráveis não trouxeram nenhum tipo de mudanças estruturais que pudessem apontar o caminho da superação ou, pelo menos, a diminuição da dependência do imperialismo.

É importante recordar que, desde 2007, primeiro nos EUA, depois na Europa, a crise econômica dava os primeiros indícios de sua existência, atingindo em cheio os capitais especulativos do setor imobiliário, do financeiro. Com isso, os mercados de *commodities* sofreram uma série de altas, especialmente nos preços dos alimentos, que chegaram a aumentar cerca de 70%, pois muitos investidores fugiam dos mercados imobiliários e financeiros e inflacionavam os preços das matérias-primas. Foi essa demanda especulativa que retardou a penetração da crise em alguns países periféricos. Todavia, essa lógica especulativa não tinha como se sustentar por muito tempo e a dinâmica recessiva da economia mundial se impôs e os preços das matérias-primas recuaram rapidamente, quando não trouxeram o cancelamento da exportação de alguns produtos.

Em suma, essa dependência estrutural do mercado mundial significa que as exportações dos países latino-americanos serão reduzidas ao máximo, paralisando assim, o principal fator impulsionador do seu crescimento desde há muito tempo. É esse quadro que explica porque, apenas no primeiro trimestre de 2009, o número de demissões na América Latina e Caribe alcançou a impressionante marca de um milhão de desempregados.

No Brasil, a crise vem afetando diretamente a capacidade produtiva do país, registrando-se consecutivas quedas na atividade industrial, como no caso do setor responsável pela produção de bens duráveis – automóveis, eletrodomésticos – que mesmo com uma série de incentivos fiscais, financeiros e desoneração tributária, não é capaz de reverter essa tendência de retração na produção industrial. É isso que explica o crescimento do desemprego, a decretação de férias coletivas compulsórias, a imposição de bancos de horas e, ao mesmo tempo, as tentativas do governo de tentar atenuar os efeitos da crise liberando bilhões de reais aos bancos, às montadoras, às empreiteiras, às empresas exportadoras, aos setores imobiliários, agropecuários e energéticos, por meio do aparato estatal brasileiro (BNDES, Banco Central, Banco do Brasil, etc.), ou ainda, pela implementação de gigantescas obras públicas financiadas por intermédio do Plano de Aceleração Econômica (PAC).

Porém, mesmo com a liberação de bilhões de reais aos empresários, pelo grau de dependência da economia brasileira, a recessão não poderá ser evitada, as demissões não poderão ser contidas, talvez, nem mesmo atenuadas, o que deverá obrigar o governo a ampliar os gastos com medidas assistencialistas, como é o caso da Bolsa Família, buscando, assim, arrefecer os efeitos da crise junto às camadas mais empobrecidas ou mesmo evitar uma revolta dos famintos no país.

Não deixa de ser irônico que o governo Lula, por sua origem social, por seu vínculo orgânico com os movimentos sociais, da juventude, e por sua propalada identificação com a maioria do povo, tome medidas políticas, libere recursos financeiros e adote pacotes econômicos com claro intuito de proteger os donos do capital ao invés de fortalecer o movimento vivo dos trabalhadores em sua busca histórica pela superação da alienação e desmercantilização do trabalho, do processo produtivo e econômico; a eliminação do lucro e da propriedade privada como categorias orientadoras da vida social e a construção do socialismo como uma tarefa que se coloca na ordem do dia, e não apenas como fruto da retórica dos dirigentes dos partidos políticos de esquerda, que lhe dão sustentação.

Essa injeção de recursos públicos e capitais não é uma primazia do governo brasileiro, mas uma tendência geral dos estadistas dos países imperialistas com o claro intuito de barrar a quebradeira internacional dos bancos, indústria automotiva e outros setores importantes da economia mundial do capitalismo. Existem estimativas que esses governos já gastaram mais de 11 trilhões de dólares apenas para retirar alguns bancos da insolvência, reafirmando assim a proeminência deste setor parasitário na estrutura do capital nesta etapa de sua história.

Outros "zilhões" de dólares foram canalizados para salvar o setor imobiliário e, principalmente, um dos símbolos do império norte-americano: a indústria automobilística. Esses são fatores que favorecem a inexorável ampliação do chamado déficit público nos países centrais, como no caso dos EUA, que já acumulam um déficit de um trilhão de dólares apenas nos primeiros meses de 2009, mais do que o triplo registrado no ano fiscal de 2008. A Inglaterra também chamou a atenção ao anunciar que, diante da previsão de comprometer 59% do seu PIB com o seu endividamento público, pretende recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Existem articulistas econômicos e governantes que insistem em dizer que "o pior já passou". Não é o nosso caso e, no mínimo, podemos considerar essas previsões discutíveis, quando não, meramente propagandistas. Isso porque mesmo com uma pequena atenuação nos índices de queda da produção industrial registrado em alguns países nos últimos meses, o discurso de que "o pior já passou" é meramente ideológico e se confronta com a realidade, que tem apresentado indícios muito claros de que estamos caminhando em direção a uma depressão no sistema mundial do capitalismo, principalmente pela superdimensionada influência econômica e importância política alcançada pelos capitais financeiros, apresentados como sólidos e rentáveis, sendo contudo meramente especulativo, de caráter parasitário e que, diante dos nossos olhos, se dissolve no ar.

A peste suína como expressão degradante da crise do sistema mundial do capitalismo

Do nosso ponto de vista, as problemáticas econômicas precisam ser analisadas e entendidas como responsáveis pelas doenças que atingem amplas camadas da população e, com a chamada peste suína, não estamos diante de uma exceção. Basta lembrar que, o centro nevrálgico e propagador dessa epidemia é o México (como se sabe, um país muito parecido com o Brasil), e que vem condenando amplos contingentes de sua população à mais profunda miséria e abandono social, além de não conseguir se libertar da influência econômica norte-americana, o que torna ainda mais precária as condições de vida do seu povo.

Mas também é necessário buscar na cotidianidade social elementos que possam nos ajudar a melhor compreender os fenômenos sociais e as manifestações políticas que singularizam a presente crise, os denunciando como manifestações dos valores e do comportamento político próprios da barbárie capitalista que se abate sobre todos nós.

Desta sorte, de acordo com os constantes comunicados emitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), já foram contaminadas milhares de pessoas pela gripe suína, em mais de 70 países, com mais de uma centena de mortes confirmadas pela presença dessa irresistível pandemia no cenário mundial.

Corretamente, os noticiários dos jornais impressos, rádio-fônicos, televisivos e da Internet dividem o seu espaço entre o alastramento da Influenza A (H1N1) e as preocupações com a crise econômico-financeira mundial do capitalismo; porém, deliberadamente, furtam-se de reconhecer que os desdobramentos sociais da peste suína são inseparáveis do processo recessivo mundial que está em curso, são

faces distintas da mesma moeda, sinalizam a degradação econômica e moral desse sistema.

Não é à toa que o México seja considerado o centro irradiador dessa temível doença (inclusive, originalmente batizada de gripe mexicana), e tenha oferecido ao mundo inteiro imagens estereotipadas de suas escolas públicas fechadas, do transporte paralisado, de suas ruas desertas, e dos poucos transeuntes utilizando-se de máscaras como se fossem personagens de um filme de ficção científica dos primórdios do cinema.

A origem do nome popular desta moléstia está associada ao fato de que seus primeiros indícios foram identificados no distrito mexicano de *La Glória*, nas proximidades das *Granjas Carrol*, grupo multinacional, associado da multinacional norte-americana *Smithfield Foods*, nada preocupado com a saúde pública, pois contra ele somam-se uma série de denúncias pela contaminação do meio ambiente e o abandono do lixo produzido pela empresa a céu aberto. Esse desleixo com a saúde pública e a agressão ao meio ambiente, inclusive, já tinham sido os principais responsáveis pela expulsão da empresa dos estados norte-americanos da Carolina do Norte e da Virginia.

Provavelmente, aproveitando-se dos incentivos financeiros e fiscais proporcionados pelos acordos econômicos e de livre comércio assinados entre os governos do EUA, Canadá e México (Nafta), tal indústria alimentícia se instalou no México e, a partir daí, diante de seu total abandono das preocupações sanitárias, a gripe se alastrou, como se vê, associada aos interesses mesquinhos da reprodução do capital.

Outro aspecto que associa a doença aos problemas econômicos e financeiros é que sua ocorrência se dá num momento de profunda recessão mundial e ao fato de que o México é um dos países mais afetados pela crise, sendo refém dos empréstimos e acordos firmados com o FMI e no âmbito do Nafta. Outros dois fatores que não podem ser desconsiderados são: o reconhecimento de que o sistema de saúde pública mexicano é um dos mais precários do mundo e o fato de a pobreza reinante nesse país também ser muito grande. Essa combinação, segundo a própria OMS, é o que explica o fato do México ter se transformado no epicentro e registrado as primeiras mortes causadas pela gripe suína.

Como a maioria dos países periféricos e mesmo em algumas regiões dos países centrais, no México os sistemas de saúde públicos são precários, ineficazes ou até mesmo insuficientes e, evidentemente, a população pobre não tem como pagar pelo atendimento nos sistemas privados de saúde. Para se ter uma ideia da gravidade desse quadro, 40% da população desse país vive num estado de miséria absoluta, além do que, controlados por cobiçosas indústrias e distribuidoras do setor farmacêutico, os medicamentos são muito caros, transformando esse cenário de abandono social em cúmplices inseparáveis do vírus da Influenza A.

A peste suína é, assim, um produto particularmente nevrálgico da miséria que se aprofunda e se agrava ainda mais num cenário internacional de crise econômica, inegavelmente a mais séria e catastrófica enfrentada pelo sistema mundial do capitalismo, pelo menos desde a depressão da década de 1930, desprezando seres humanos, rapidamente descartando-os e os transformando em números, em meros índices supérfluos de desempregados pelo mundo afora, não dispondo nem mesmo de um reles sistema de saúde ou previdenciário ao qual pudessem recorrer.

Mas esse não é um problema exclusivo dos países periféricos. Na Inglaterra, as próprias autoridades do governo reconheceram que, em face da repercussão da crise econômica, as reservas de antivirais, antibióticos e outros medicamentos básicos estavam defasadas e os sistemas públicos de saúde não teriam condições de debelar uma provável irradiação da doença no país.

A degradação dos sistemas públicos de saúde que presenciamos tanto nos países centrais quanto periféricos, num cenário protodepressivo do sistema mundial do capitalismo, a ausência de elementos estruturais inibidores e, o que seria ideal, que pudessem ser responsáveis pela erradicação da peste suína, evitando, assim, sua inexorável transformação numa pandemia globalizada, traz como principal consequência o risco das populações empobrecidas e desprotegidas da força de trabalho pagarem com a própria vida o preço das constantes instabilidades e o desabamento do capital.

Considerações finais

Argumentamos que a história não se repete e que o reconhecimento de que o sistema mundial do capitalismo produz crises cíclicas não significa dizer que umas são meras repetições de outras, mas é preciso reconhecer que, muitas vezes, elas

trazem elementos de similitude que induzem a essa compreensão repetitiva da história. É assim que muitas análises serão canalizadas para comparar os gravíssimos efeitos da crise de 1929 e da gripe espanhola – que atingiu mais da metade da população e ceifou a vida de aproximadamente 40 milhões de pessoas em todo o mundo –, com os atuais episódios registrados devido ao alastramento do vírus da Influenza A e as degradantes consequências do processo protodepressivo mundial.

O primeiro elemento de similitude que precisa ser reconhecido diz respeito ao fato de que a gripe suína tem uma abrangência mundial e um parentesco viral com a espanhola, outro é o fato de que uma série incontornável de problemas e crises locais – como aqueles registrados nos setores imobiliários, financeiros e automobilísticos norte-americanos e industriais chineses – estaria na ante-sala de uma onda depressiva mundial e que as medidas pontuais – como aquelas anunciadas pelo governo dos EUA, com o objetivo confesso de sanear os setores mais vulneráveis da sua economia – não seriam capazes de detê-la, mas apenas atenuar os seus desastrosos efeitos.

Com efeito, registrando-se o crescente número de desempregados, os desabrigados que se protegem em caixas de papelão e a presença diária de mendigos dormindo nas ruas de Londres e Nova York, e lembrando-se do papel do Estado do bem-estar social e das políticas keynesianas, como alternativas à grande depressão de 1929, é perfeitamente normal estabelecer a relação com os problemas econômicos e financeiros que estamos presenciando na atual etapa histórica do sistema mundial do capitalismo.

Ocorre que naqueles dias tumultuados da primeira metade do século XX, ao custo do extermínio de milhões de seres humanos, de um caminho pavimentado pelos destroços das guerras mundiais, a disputa belicosa e produtora da barbárie social entre os países imperialistas, trouxeram a superação do imperialismo inglês e a ascensão dos EUA para um papel de liderança mundial assentado no seu poderio militar, econômico e, também financeiro, principalmente a partir dos acordos de Bretton Woods e da legitimação do dólar como sustentáculo das reservas nacionais e das transações comerciais internacionais.

Diferentemente daqueles dias, a hegemonia norte-americana não é capaz de apresentar uma solução global aos desdobramentos da crise; pelo contrário, o país experimenta uma sequência nunca antes vista de déficits comerciais, industriais e fiscais. Além disso, com a decadência dos EUA, não se vislumbra o aparecimento de uma alternativa imperialista que possa assumir o seu papel na condução dos desígnios econômicos mundiais; os propalados tigres asiáticos, mostraram-se como verdadeiros gatinhos assustados e a Comunidade Econômica Europeia não é capaz de apresentar quaisquer alternativas econômicas no curto ou no longo prazo e a sua política monetária do Euro é apenas um exercício fantasioso que suas elites forjaram politicamente, mas sem qualquer materialidade e possibilidade de superação estrutural da crise mundial do capitalismo.

Agora, do ponto de vista dos que lutam pelo socialismo, questionando a social-democracia, o reformismo, os modelos burocráticos e stalinistas do Leste Europeu ou mesmo o capitalismo de Estado chinês, a história se encontra em aberto: ações rebeldes, reviravoltas políticas e novas possibilidades organizativas e alternativas políticas surgem na atual etapa da luta de classes mundial.

Trata-se de um momento privilegiado, depois de muitos anos de pregações neoliberais, no qual o debate ideológico pode favorecer a retomada da defesa do socialismo junto aos movimentos sociais, da juventude e dos trabalhadores do mundo inteiro. A retomada da perspectiva socialista traz consigo a necessidade de se colocar como uma tarefa histórica imprescindível à construção de um partido em que se compreenda que a revolução socialista não pode completar-se dentro dos limites nacionais. Pois, como escreveu Leon Trotsky, uma das causas essenciais da crise da sociedade burguesa resulta do fato de as forças produtivas, que esta criou, tenderem a transcender os limites do Estado Nacional.

Reconhecendo, portanto, que a revolução socialista começa no plano nacional, desenvolve-se mais à escala internacional e se completa a escala mundial. Assim, diz Trotsky (1985), a revolução socialista torna-se permanente num sentido novo e amplo do termo: sua conclusão só se verifica com a vitória definitiva da nova sociedade em todo planeta.

Referências

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TROTSKY, Leon. A revolução permanente. São Paulo: Kayrós, 1985.

COMO ME TORNEI SOCIALISTA

Jack London (1876-1916)

Pode-se dizer que me tornei um socialista de maneira similar à dos pagãos teutônicos ao cristianismo – à força. Não apenas eu não procurava o socialismo na época da minha conversão, mas lutava contra ele. Eu era demasiado jovem e inexperiente, não sabia nada de coisa alguma e, apesar de nunca ter ouvido falar de uma escola de pensamento chamada “individualismo”, cantava o hino dos fortes com todo o meu coração.

Isso porque eu próprio era forte. Por forte quero dizer que tinha boa saúde e músculos rijos, ambas características que podem ser facilmente explicadas. Vivi minha infância nos ranchos da Califórnia, vendendo jomais nas ruas de uma próspera cidade do Oeste e passei minha juventude nas águas saturadas de ozônio da Baía de San Francisco e do Oceano Pacífico. Amava a vida a céu aberto, desempenhando as tarefas mais difíceis. Sem aprender nenhum ofício, mas pulando de emprego em emprego, observava o mundo e gostava dele em todos os sentidos. Deixe-me repetir: esse otimismo existia por que eu era forte e saudável, nunca experimentando dores nem debilidades, nunca sendo recusado por um patrão por não aparentar estar em boas condições físicas, sempre capaz de obter trabalho nas minas de carvão, como marinheiro ou como trabalhador braçal de qualquer espécie.

Por tudo isso, exultante em minha juventude, capaz de me defender bem, tanto no trabalho como nas brigas, eu era um feroz individualista. E isso era muito natural. Eu era um vencedor. Por conseguinte, considerava o jogo, da forma como era jogado, muito apropriado para HOMENS. Ser HOMEM significava escrever em letras maiúsculas no meu coração. Arriscar-me como homem, lutar como homem, fazer o trabalho de homem (mesmo que com o salário de menino) – essas eram coisas que me tocavam profundamente e ficavam gravadas em mim como nenhuma outra. E eu olhava adiante as amplas paisagens de um futuro nebuloso e interminável, em direção ao qual – jogando o que eu considerava um jogo de homens –, continuaria a viajar com uma saúde inquebrantável sem acidentes, e com os músculos sempre vigorosos. Como digo, esse futuro era interminável. Podia ver-me apenas avançando pela vida sem fim como uma das feras louras de Nietzsche, perambulando lascivamente e triunfando pela simples superioridade e força.

Quanto aos desafortunados, aos doentes, aos que sofrem, aos velhos e aos aleijados, devo confessar que raramente pensava neles, a não ser que vagamente achasse que estes, salvo acidentes, poderiam ser tão bons quanto eu e trabalhar igualmente tão bem, se realmente o desejassem. Acidentes? Bem, eles representavam o DESTINO, também soletrado com letras maiúsculas, e não havia modo de se esquivar do DESTINO. Napoleão sofreu um acidente em Waterloo, mas isso não tirou meu desejo de ser outro Napoleão. Além disso, o otimismo, vindo de um estômago que podia digerir pedaços de ferro moído e de um corpo que florescera de uma vida dura, não me permitia considerar que acidentes tivessem qualquer relação, mesmo que remota, com minha personalidade gloriosa. Espero ter deixado claro que eu tinha orgulho de ser um daqueles seres eleitos da Natureza. A dignidade do trabalho era para mim a coisa mais impressionante do mundo. Sem ter lido Carlyle ou Kipling, formulei um evangelho do trabalho que variam os deles “no chinelo”. O trabalho era duro. Era a santificação ou a salvação. O orgulho que sentia depois de um dia de trabalho árduo e bem feito seria algo incompreensível para os demais. É quase inconcebível para mim quando penso nisso agora. Nunca um capitalista explorou um escravo do salário tão fiel quanto eu. Embromar ou ludibriar o homem que me pagava o salário era um pecado, primeiro contra mim mesmo, e depois contra ele. Para mim era um crime que vi-nha logo atrás da traição, mas tão ruim quanto.

Resumindo, meu individualismo entusiasta era dominado pela ética ortodoxa burguesa. Eu lia os jornais burgueses, ouvia os pregadores burgueses e repetia plenitudes sonoras dos políticos burgueses. E não duvido que – se outros eventos não tivessem mudado minha trajetória –, viesse a me transformar num fura-greves profissional (um dos heróis do reitor Eliot), e tivesse minha cabeça e minha capacidade de trabalho irremediavelmente esmagadas por um porrete nas mãos de algum sindicalista militante.

Por essa época, voltando de uma viagem que durara sete meses, e logo após ter completado dezoito anos de idade, pus na cabeça a ideia de que iria vagabundar. Em vagões de passageiros ou compartimentos de carga, desbravei meu caminho pela vasta região Oeste, onde os homens trabalhavam duro e os empregos procuravam as pessoas, até os congestionados centros operários da região Leste, onde os homens tinham pouco valor e davam tudo que tinham para conseguir trabalho. E nesta nova aventura de fera loura, comeci a ver a vida de um ângulo novo e totalmente diferente. Eu havia descido da condição de proletário para o que os sociólogos chamam de “porção submersa”, e comeci a descobrir a maneira como aquela porção submersa era recrutada.

Lá encontrei todo tipo de homens, muitos dos quais haviam sido algum dia tão bons e tão feras louras quanto eu: marinheiros, soldados, operários, todos estropiados,

comidos e desfigurados pelo trabalho, pelas agruras e pelos acidentes e dispensados por seus patrões como cavalos velhos. Com eles mendiguei nas ruas, pedi comida nas portas dos fundos das casas e senti frio em vagões de trens e parques da cidade, ouvindo as histórias de vidas, que começavam sob auspícios tão favoráveis como os meus, com estômagos e corpos iguais ou melhores do que os meus, e que terminavam ali, diante de meus olhos, arruinados, no fundo do Abismo Social.

E enquanto eu ouvia, meu cérebro começava a funcionar. A mulher das ruas e o homem da sarjeta se tornaram muito próximos de mim. Vi a imagem do Abismo Social vividamente, como se fosse algo concreto. Eu os observava lá no fundo do abismo, um pouco acima deles, agarrando-me às paredes escorregadias com todo o suor e a força de minhas unhas. E confesso que um medo terrível se apoderou de mim. E se acabasse minha força? E quando me tornasse incapaz de trabalhar lado a lado com os homens fortes que ainda estavam por nascer? Ai, então, fiz um juramento. Era algo mais ou menos assim: *Todos os dias tenho trabalhado até a exaustão com meu corpo e apesar do número de dias que trabalhei, cheguei bem próximo do fundo do Abismo. Deverei sair dele, mas não com os músculos do meu corpo. Não vou nunca mais trabalhar como trabalhei e que Deus me fulmine se um dia eu der de mim mais do que o meu corpo pode dar.* E desde então tenho me dedicado a fugir do trabalho duro.

A propósito, enquanto vagabundava por umas 10.000 milhas pelos Estados Unidos e Canadá, entrei na cidade de Niagara Falls, fui pego por um policial à caça de multas, tive negado o direito de me declarar culpado ou inocente, fui imediatamente sentenciado a trinta dias de prisão por não ter residência fixa ou meio aparente de subsistência, algemado e acorrentado a um grupo em situação similar, despachado para Buffalo e registrado na penitenciária do condado de Erie; meu cabelo e meu incipiente bigodinho foram raspados, fui vestido com o uniforme de prisioneiro, vacinado compulsoriamente por um estudante de medicina que praticava em pessoas como nós, obrigado a marchar em fila e a trabalhar sob a vigilância de guardas armados com rifles Winchester – tudo isso por ter me lançado em aventuras ao estilo das feras louras. Para mais detalhes, esta testemunha declara-se muda, embora se possa desconfiar que seu exultante patriotismo tenha se evaporado um pouco e vazado por alguma fresta no fundo de sua alma – pelo menos, desde que passou por essa experiência, já se deu conta de que se interessa muito mais por homens, mulheres e crianças do que por linhas geográficas imaginárias.

Voltando a minha conversão. Acho que aparentemente meu individualismo feroz foi efetivamente extraído de mim e foi-me inculcada outra coisa, de forma igualmente eficaz. Mas, assim como eu havia sido um individualista sem saber, era agora um socialista sem saber, ou seja, um socialista não científico. Eu havia renascido, mas não havia sido rebatizado, e andava à toa por aí, tentando descobrir o que de fato era. Voltei para a Califórnia e abri os livros. Não me recordo quais abri primeiro. Este é um detalhe sem importância, de qualquer forma. Eu já era isso, seja lá o que isso fosse, e com a ajuda dos livros descobri que isso era ser socialista. Desde aquele dia abri muitos livros, mas nenhum argumento econômico, nenhuma demonstração lúcida da lógica e da inevitabilidade do socialismo me afeta tão profundamente e tão convincentemente como o dia em que vi pela primeira vez os muros do Abismo Social se erguerem à minha volta e me senti escorregando, escorregando, para as ruínas que se amontoavam lá no fundo.

Fonte: LONDON, Jack. Como me tornei socialista. In: LONDON, Jack. *Contos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.



Jack London

SOBRE JACK LONDON

Elza Peixoto

John Griffith Chaney nasceu em São Francisco, EUA, em 12 de janeiro de 1876, e faleceu em 22 de novembro de 1916. Nasce e desenvolve-se em um momento de crise e instabilidade econômica nos EUA, "momento propício à discussão das questões do proletariado" uma vez que "desde 1873 as perspectivas de sobrevivência dos trabalhadores vinham se tornando cada vez mais difíceis" e "massas de trabalhadores sem condições de subsistência começavam a organizar-se demonstrando uma determinação concreta de luta". Experimenta "na carne a realidade da miséria tanto do trabalhador explorado como do morador de rua", o que viabiliza que sua obra se inscreva no realismo, uma "literatura atenta às questões sociais", somando-se a Zola, Tolstói, Turgeniev, Flaubert, Zola, Ibsen e Hauptmann. A consciência de sua condição de classe toma-o, permitindo a superação do individualismo que descreve em *Como me tornei socialista*, quando, em suas andanças pelo mundo, apercebe-se da imensa miséria que predomina entre o "povo da máquina". Nos Estados Unidos, o socialismo é fortemente influenciado pelas idéias de Owen e Fourier (socialismo utópico). O socialismo científico vai ser lentamente introduzido neste país a partir de 1840 e, em 1857, com a fundação do *Communist Club de New York*, os escritos de Marx e Engels passam a circular, "principalmente por intermédio do *New York Tribune*". Jack London (nome que receberá após o casamento de sua mãe Flora Wellman com John London) absorve as idéias socialistas durante sua infância e adolescência, no caldo do convívio com a miséria proletária e com os esforços de organização e propagação das teses socialistas. Ingressa em 1896 no Partido Socialista e converte-se, em suas obras e palestras, em um dos principais difusores da situação da classe operária e do socialismo. Habitado à leitura, ambicionando assumir a carreira de escritor, Jack lê Boas e Frazer (antropologia); Darwin, Huxley e Wallace (biologia); Adam Smith, Malthus, Bastiat, Ricardo e John Stuart Mill (economia); Aristóteles, Gibbon, Hobbes, Locke, Hume, Hegel, Kant, Berkeley, Leibniz, Nietzsche, Spencer, Haeckel e Kidd (história e filosofia), um conjunto de leituras que "levou-o a um amálgama bastante heterogêneo de conceitos extraídos de Marx, Nietzsche e Spencer" configurando-se uma obra na qual se apresenta uma "combinação entre o super-

homem nietzschiano que se superpõe à maioria de seus semelhantes e o líder socialista que se empenha na luta pelo fim da exploração". No início do século XX, o movimento revolucionário russo explode, incendeia e assusta o mundo capitalista. Jack London alerta aos socialistas para os riscos de uma violenta repressão ao movimento, repetindo-se a experiência histórica da Comuna de Paris (1871). Esta preocupação o faz escrever a ficção que antecipa a experiência fascista européia: *O tacão de ferro* (escrito em 1906). Ai, London fará a crítica aos líderes socialistas que "deixavam de constituir uma força de luta e de preparar formas de impedir a destruição da liberdade pelos poderes oligárquicos organizados". Polêmico, Jack London surge como escritor no contexto de crise "das estruturas formais da arte burguesa" que impulsiona a busca "de outros parâmetros artísticos", sendo apropriado pela indústria cultural e disseminado na atualidade como um escritor que atende às expectativas infanto-juvenis. "Na seara do pensamento político" suas incursões pela condição de vida proletária e sua defesa do socialismo são "menos discutidos no debate crítico de seus escritos" e pouco reeditados. Maria Silvia Betti (autora de todas as citações que fazemos neste texto), na qual nos apoiamos para apresentar Jack London aos leitores de *Germinál*, alerta para a necessidade de estudo crítico de sua obra frente à sua relevância no desenvolvimento do socialismo americano. Destaca ainda a necessidade de que as incoerências e contradições do pensamento de Jack London sejam tomadas na conjuntura histórica que o produz. Com esta preocupação, propõe que obras como *O tacão de ferro*, *O povo do abismo* ou *Luta de classes* sejam retomadas. Somamo-nos à pesquisadora alertando para a necessidade de disseminação das teses socialistas, por meio de uma literatura crítica que desvele as condições de existência dos que efetivamente produzem a vida no capitalismo. Nada melhor para a formação dos socialistas que a leitura de obras produzidas por um trabalhador; um escritor realista, que viveu a exploração capitalista na pele, com conhecimento de causa para expor a face real das condições de vida dos que produzem a sociedade na qual vivemos.

Fonte: BETTI, Maria Silvia, IN: LONDON, Jack. *O povo do abismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p 9-48).

OBRAS

História de um vendaval na costa do Japão (1893)
 Uma odisséia no Norte (1900)
 O filho do lobo (1900)
 A filha da neve (1902)
 O chamado da Selva (1903)
 O povo do abismo (1903)
 Luta de classes (1903)
 O lobo do mar (1904)
 Algo de pode em Idahoo (1905)
 Aguerre de classes (1905)
 Caninos brancos (1906)
 A estrada (1907)
 O apóstata (1907)
 Antes de Adão (1907)
 Minha vida no submundo (1907)
 O tacão de ferro (1908)
 A paz industrial virá um dia? (1908)
 Martin Eden (1909)
 Contos dos mares do sul (1911)
 O vale da lua (1913)
 O mexicano (1913)
 O andarilho das estrelas (1915)
 A praga escarlata (1915)
 O clamor por justiça (1915)
 O plantador de milho (1916)
 A pequena senhora da casa grande (1916)



POSFÁCIO DE TROTSKI AO LIVRO O TACÃO DE FERRO DE JACK

POSFÁCIO DE TROTSKII AO LIVRO O TACÃO DE FERRO DE JACK LONDON

O livro causou-me - falo sem nenhum exagero - uma profunda impressão. Não por causa de suas qualidades artísticas: a forma do romance representa aqui apenas uma couraça para a análise e o prognóstico sociais. O autor, intencionalmente, procura ser moderado na utilização de seus recursos artísticos. Ele próprio está menos interessado no destino individual de seus heróis do que no destino da humanidade. Eu não pretendo, de maneira alguma, com isso menosprezar o valor artístico da obra, muito menos os últimos capítulos, a partir da Comuna de Chicago. Os quadros da guerra civil tornam-se magníficos afrescos. O livro causou-me surpresa pela audácia e independência das previsões históricas que contém. O movimento internacional dos trabalhadores, no final do século passado e no início deste, tem a marca do reformismo. A perspectiva de um progresso mundial ininterrupto e pacífico, da prosperidade da democracia e das reformas sociais parece definitivamente assegurada. A primeira Revolução Russa, é verdade, reanimou o flanco radical da socialdemocracia alemã e proporcionou, durante um certo período de tempo, uma força dinâmica ao anarco-sindicalismo na França. O *Tacão de Ferro* carrega a inconfundível estampa do ano de 1905. Mas na época em que esse admirável livro apareceu, a contra-revolução já estava se consolidando na Rússia. No plano internacional, a derrota do proletariado russo deu ao reformismo a possibilidade não apenas de reconquistar suas posições temporariamente perdidas, mas também de sujeitar por completo o movimento dos trabalhadores organizados. Basta lembrar que precisamente nos sete anos seguintes (1907-1914) a socialdemocracia internacional caminhou de maneira decisiva para cumprir um

papel vil e vergonhoso durante a Grande Guerra. Jack London não apenas absorveu de maneira criativa o ímpeto proporcionado pela Primeira Revolução Russa como também analisou com coragem, sob as luzes dessa Revolução, o destino da sociedade capitalista como um todo. Precisamente aqueles problemas que o socialismo oficial de sua época considerava como definitivamente sepultados: o crescimento da riqueza e do poder de um lado, e da miséria e da destruição do outro; a acumulação do ódio e do ressentimento social; e a preparação inexorável de um cataclisma sangrento. Jack London sentia todas essas questões com tamanha intrepidez que nos obriga, perplexos, a perguntar inúmeras vezes: quando isso foi escrito? Foi mesmo antes da guerra? Devemos ressaltar, sobretudo, o papel que Jack London atribui à burocracia operária e à aristocracia trabalhista no destino da humanidade. Graças a elas, a plutocracia norte-americana não apenas logrou derrotar a insurreição operária como também conseguiu manter a sua ditadura férrea durante os três séculos seguintes. Não vamos discutir com o poeta essa demora, que pode para nós parecer longa demais. Contudo, não estamos discutindo o pessimismo de London, mas seu esforço apaixonado para fazer sacudir aqueles que se acomodam por causa da rotina e forçá-los a abrirem os olhos e enxergar o vulto que se aproxima. O artista utiliza com audácia a figura da hipérbole. Ele leva as tendências arraigadas do capitalismo – opressão, crueldade, bestialidade, traição – aos seus limites extremos.

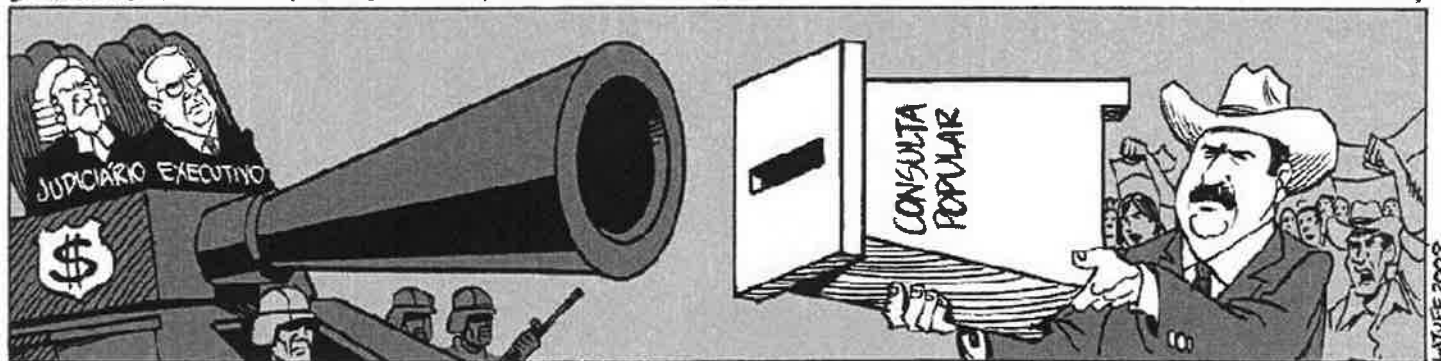
Fonte: Edição Boitempo de "O tacão de Ferro".

AS CINCO REGRAS DA PROPAGANDA DE GUERRA ROTEIRO PARA DESCODIFICAR A INFORMAÇÃO

por Michel Collon [*]

Em cada guerra, golpe de Estado ou agressão efetuada pelo Ocidente, os grandes media aplicam estas cinco "regras da propaganda de guerra". Utilize esta grelha de leitura nos próximos conflitos. Ficarão impressionados por reencontrá-las todas as vezes: 1- Esconder a História. 2- Esconder os interesses econômicos. 3- Diabolizar o adversário. 4- Branquear os nossos governos e os seus protegidos. 5- Monopolizar a informação, excluir o verdadeiro debate.

PRESIDENTE DE HONDURAS, MANOEL ZELAYA, PROPE REFERENDO SOBRE A CONSTITUINTE, E É DERROTADO NUM GOLPE MILITAR!



Aplicação ao caso de Honduras

1- Esconder a História. Honduras é o exemplo perfeito da "república bananeira" nas mãos dos EUA. A dependência e a pilhagem colonial provocaram um enorme fosso entre ricos e pobres. Segundo a ONU, 77% são pobres. O exército hondurenho foi formado e enquadrado – até nos piores crimes – pelo Pentágono. O embaixador estado-unidense John Negroponte (1981-1985) era chamado "o vice-rei de Honduras".

2- Esconder os interesses econômicos. Hoje, as multinacionais estado-unidenses (banana Chiquita, café, petróleo, farmácia...) querem impedir este país de conquistar sua independência econômica e política. A América do Sul une-se e vira à esquerda, mas Washington quer impedir que a América Central siga pelo mesmo caminho.

3- Diabolizar o adversário. Os media acusaram o presidente Zelaya de pretender fazer-se reeleger para preparar uma ditadura. Silêncio sobre os seus projetos sociais: aumento do salário mínimo, luta contra a hiper-exploração nas fábricas-prisão das firmas estado-unidenses, diminuição do preço dos medicamentos, ajuda aos camponeses oprimidos. Silêncio sobre a sua recusa de

encobrir os atos terroristas made in CIA. Silêncio sobre a impressionante resistência popular.

4. Branquear os nossos governos e os seus protegidos. Esconde-se o financiamento do putsch pela CIA. Apresenta-se Obama como neutro quando ele se recusou a encontrar e apoiar o presidente Zelaya. Se ele houvesse aplicado a lei e suprimido a ajuda estado-unidense às Honduras, o golpe teria sido rapidamente sufocado. *Le Monde* e a maior parte dos media branquearam a ditadura militar falando de "conflito entre poderes". As imagens de repressão sangrenta não são mostradas ao público. Logo, um contraste gritante entre a diabolização do Irão e a discreção sobre o golpe de Estado hondurenho "made in CIA".

5- Monopolizar a informação, excluir o verdadeiro debate. A palavra é reservada às fontes e peritos "aceitáveis" para o sistema. Toda análise crítica sobre a informação é censurada. Assim, os nossos media impedem um verdadeiro debate sobre o papel das multinacionais, dos EUA e da UE no subdesenvolvimento da América Latina. Nas Honduras, os manifestantes gritam "TeleSur! TeleSur!" para saudar a única televisão que os informa corretamente.

O original encontra-se em www.michelcollon.info

Este artigo encontra-se em <http://resistir.info/>

Você sabia?

O golpe civil-militar e imperialista em Honduras e a resistência popular: um novo cenário em Nossa América

Carlos Alberto Barão

Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão

No dia 28 de junho de 2009 ocorreu mais um golpe civil-militar apoiado pelos Estados Unidos na América Latina e Caribe, dessa vez em Honduras¹. Não podemos deixar de relacionar este golpe a uma reação das burguesias latino-americana e estadunidense, em resposta ao crescente movimento progressista desde "os de baixo" em diversos países desse subcontinente, e que tem como uma expressão importante a implementação da ALBA².

O presidente de Honduras, Manuel Zelaya, que está em seu primeiro mandato, sofreu o golpe porque, de acordo com a classe dominante de seu país, ele vinha cometendo muitos erros. Dois desses erros teriam sido: inserir Honduras como país membro da ALBA e realizar uma consulta popular, não deliberativa, para saber se o povo hondurenho seria favorável ou não à convocação de uma assembleia nacional constituinte para modificar a atual constituição Hondurenha. A corte suprema e o congresso nacional impediram a consulta e Zelaya convocou a população para buscar as urnas que foram acorrentadas por ordem judicial. O povo atendeu ao chamado do presidente e foram criadas condições para implementar a consulta popular, ou seja, a luta de classe tornou-se evidente. Na madrugada do dia das eleições o golpe foi consumado. Como afirmou Florestan³, tratou-se de implementar uma contrarrevolução preventiva, para impedir que o povo desse sua opinião sobre o destino da nação.

No entanto, os movimentos sociais foram para as ruas, incluindo-se ainda mais na surpreendente onda de avanço popular que tem lugar atualmente em Nossa América, como denominava a região o pensador cubano José Martí⁴. Embora toda a comunidade internacional tenha condenado o golpe, a repressão contra as lideranças segue aprofundando-se no cotidiano hondurenho, encontrando resistência de parte dos movimentos sociais daquele país. O presidente Zelaya continua firme empreendendo tentativas para reassumir o cargo de dirigente do seu país.

No Brasil, a mídia segue uma marcha em zigue-zague entre um apoio envergonhado aos golpistas e críticas a Zelaya, tentando culpabilizar o presidente por ter sido derrubado pelos golpistas. Os grandes meios de comunicação de nosso país seguem uma abordagem que beneficia os golpistas e que é muito bem definida no recente artigo⁵ do jornalista e escritor marxista belga Michel Collon, tendo sido aplicada a casos recentes como o de Honduras, dentre outros. Collon mencionava cinco regras da "propaganda de guerra" utilizada pela burguesia: 1) Esconder a história (ou seja, sonegar o contexto dos eventos ao leitor); 2) Esconder os interesses econômicos (no caso as transnacionais que operam no país, como a bananeira estadunidense "Chiquita"); 3) Diabolizar o adversário (o foco passa a ser Zelaya, e não os golpistas, sendo diariamente despejadas sobre o leitor uma série

de críticas ao presidente); 4) Branquear os governos aliados aos EUA e os seus protegidos (Obama aparece como um estadista que considera com moderação os acontecimentos, omitindo-se que a lei dos EUA prevê que em casos de golpe de estado deve-se suspender as relações comerciais com esse país, no caso Honduras. Obama, portanto, ainda sequer caracterizou oficialmente a derrubada de Zelaya como um golpe de Estado! Se ele tivesse feito isso os golpistas não teriam como sobreviver economicamente); 5) Monopolizar a informação, excluir o verdadeiro debate (liquida-se toda análise crítica, excluindo-a da mídia).

Essa história não pode acabar como as ditaduras no Chile, Argentina, Brasil, Uruguai, etc., isto é, com os movimentos sociais e partidos contra ordem sendo torturados e massacrados, pois está em construção pelas mãos dos trabalhadores tempos progressistas no horizonte de Nossa América, como disse José Martí (1991, p. 194)⁶.

Os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer, como aqueles que vão lutar juntos [...] Já não podemos ser o povo de folhas, que vive no ar, carregado de flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz, ou seja, açoitado ou podado pelas tempestades; às árvores devem formar fileiras, para que não passe o gigante das sete léguas! É hora da avaliação e da marcha unida, e deveremos marchar bem unidos, como a prata nas raízes dos Andes.

Notas:

1. Para obter maiores informações e acompanhar a luta de resistência do povo hondurenho acessar a TELESUR que está disponível em <http://www.telesur.net>. Para uma análise sintética e clara sobre o envolvimento dos EUA no golpe, ver PARENTI, Michael. O golpe de Estado em Honduras: Obama é inocente?. http://resistir.info/a_central/parenti_honduras.html. Acesso em 2-08-2009; e PETRAS, James. Honduras: o golpe não poderia ter ocorrido sem a cumplicidade dos EUA. http://resistir.info/petras/petras_02jul09.html. Acesso em 2-08-2009.
2. FERNANDES, F. *Revolução Burguesa no Brasil*. R. J: Zahar Editores, 1975.
3. José Martí (1853-1895). Escritor, poeta, romancista, político e dirigente da 2ª guerra de independência cubana (1895-1898), morto em combate enfrentando os espanhóis. Seu pensamento é uma referência fundamental para todos os revolucionários cubanos com forte presença na etapa atual da construção do socialismo cubano. Martí teve uma obra bastante difundida em diversos países da América Hispânica, sobretudo Argentina. Ele criou o conceito central de "Nossa América", ou seja, a América ao sul do Rio Grande, contraposta à América anglo-saxônica (EUA e Canadá), e que ele via como uma nova civilização que poderia ser construída com base em valores mais solidários.
4. COLLON, Michel. As cinco regras da propaganda de guerra. Roteiro para decodificar a informação. http://resistir.info/a_central/collon_jul09.html. Acesso em 2-08-2009.
5. MARTÍ, J. *Nossa América* – Antologia. SP, Editorial Hucitec, 1991.

NORMAS

O *Boletim Germinal* é uma publicação periódica do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo, História, Tempo Livre e Educação, direcionada à divulgação de estudos e pesquisas de práticas, políticas e produção do conhecimento em Educação, Educação Física, Esportes, Trabalho e Tempo Livre para o Lazer, à luz do marxismo e da concepção materialista e dialética da história. Em versão impressa e eletrônica, sua edição é bimestral, sendo composto por editorial, até 10 artigos, incluindo debates da temática central, textos clássicos do marxismo, literatura clássica e arte. O *Boletim* inclui ainda as seções *Você sabia?* e *Curtas...* que apresentam aos leitores informações históricas e notícias sobre eventos que estão ocorrendo no país e no mundo.

O processo de estruturação de cada número do *Germinal* ocorre por (1) definição da temática central, (2) convite a estudiosos que têm se dedicado a debater o assunto, (3) convite aberto à comunidade que deseje participar do debate. As contribuições espontâneas serão avaliadas pelo corpo editorial que, satisfeito com a qualidade e a pertinência do artigo à linha editorial do periódico, as publicará, de acordo com a programação temática. Os artigos devem ser enviados para mhtle@yahoo.com.br, observando-se o prazo de 20 dias antes do fechamento do número almejado.

Com o objetivo de promover o debate, esquivando-se das amarras

burocráticas na produção dos textos, o *Boletim Germinal* preza pela objetividade e simplicidade estética na estruturação de cada número. Os artigos, a fim de facilitar os trabalhos de editoração, devem ser encaminhados em fonte *Arial Narrow*, tamanho 09, até 12000 caracteres com espaços, incluindo notas e referências. O título deve estar em letras maiúsculas, tamanho 11, em itálico e centralizado. O nome dos autores deve vir abaixo do título, na mesma fonte do texto e em Itálico, com informações sobre a instituição abaixo do nome do autor, ambos, alinhados à direita. Os editores assinalam a preferência por textos sem notas e referências, sem descartar sua publicação quando as considerar imprescindíveis. Os textos para as seções "*Você sabia?*" e "*Curtas...*" devem conter entre 600 e 1300 caracteres, com flexibilidade para pequenas variações.

A programação dos próximos números do *Boletim Germinal* é a seguinte (podendo ser alterada conforme as demandas):

- Número 9 (outubro 2009) – "Crítica da educação e do ensino no capitalismo"
- Embate de projetos históricos: liberalismo e marxismo.
- Número 10 (dezembro 2009) – Projeto Histórico e Políticas educacionais
- Educação e transição ao socialismo
- Os Editores

Curtas:

Pela ordem, imagens de capa dos ANAIS do I, II, III e IV EBEM.



Ocorreu entre os dias 13 e 16 de julho de 2009, o IV EBEM (Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo). Fundado e promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa "Psicologia Social e Educação: contribuições do marxismo" (NEPPEM/UNESP - Bauru) - com o objetivo de criar espaço para o encontro, reflexão e articulação de diferentes grupos de estudos e pesquisas existentes no país, que trabalham na perspectiva teórico-metodológica e política do materialismo histórico/ marxismo e socializar o conhecimento produzido por esses grupos de estudos e pesquisas para alunos, educadores e pesquisadores dos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduação) e dos movimentos sociais vinculados à área da educação - a primeira edição deste evento ocorreu entre 12 e 14 de maio de 2005 na UNESP de Bauru, com a temática *Marxismo, Ciência e Educação: a praxis transformadora como mediação da produção do conhecimento*. A segunda edição ocorreu entre os dias 06 e 08 de agosto de 2006, em Curitiba, promovido pelo Grupo de Pesquisa "Espaço CEMARX", na UFPR, com a temática *Marxismo: concepção e método*. A III edição foi promovida pelo Grupo LEPEL/UFBA, ocorrendo entre os dias 11 e 14 de novembro de 2007 na Reitoria ocupada pelos estudantes em

luta contra a Reestruturação do ensino superior - *REUNE*, e teve como temática *Marxismo: a educação para além do capital*, configurando este evento como um marco político na organização dos educadores marxistas, indicando-se aí a fundação da Associação Brasileira de Educação e Marxismo. O IV EBEM volta à UNESP, ocorrendo em São José do Rio Preto, promovido pelos grupos NEPPEM - UNESP/Bauru; Educação e Ontologia do ser social - UNESP/ São José do Rio Preto; Estudos e pesquisas marxistas em Educação - UNESP/ Araraquara; Marxismo, Educação e Cultura - UNESP/Bauru e Implicações Pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural - UNESP/Marília. participação na fundação da Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM). Em números anteriores disponibilizamos os sites oficiais dos eventos, nos quais serão encontradas as produções do Grupo. Com a temática *Socialismo e Educação na América Latina*, o evento consolida-se como espaço de articulação política dos professores e pesquisadores marxistas, com a consolidação da fundação da ABEM (associação Brasileira de Educação e Marxismo), através da aprovação dos seus estatutos e eleição da comissão provisória que irá conduzir a entidade até o próximo EBEM, a ocorrer em 2011 em Florianópolis.

No último dia 27/07/2009 o grupo MHTLE, em conjunto com os grupos HISTEDBR/UNICAMP e LEPEL/UFBA lançaram a Revista **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. A Revista foi produzida com a finalidade de promover o debate do marxismo, com enfoque especial à problemática da Educação, sem deixar de abordar outras temáticas de interesse de autores e leitores. Com a temática "Modo de Produção e Educação", o primeiro número sai com 13 artigos e 04 resumos espalhados nas seções *Debate*, *Artigos*, *Entrevista*, *Resenha*, *Documento* e *Resumos de Teses e Dissertações*. Neste primeiro número contamos com as contribuições de Celi Tafarel, Patrícia Trópia, Ricardo Antunes, José Lombardi, Edmundo Dias, Máuri de Carvalho, Sergio Lessa, Irene Viparelli, Fernando Rosas, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Gilcilene Barão e Carlos Barão. Vida longa à Revista Germinal e ao debate revolucionário!!!

O Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - HISTEDBR - realizou em Campinas, na Faculdade de Educação da UNICAMP no período de 30 de junho a 03 de julho de 2009, o seu VIII Seminário, com o tema geral: "História, Educação e Transformação: tendências e perspectivas". Este evento deu sequência aos encontros nacionais do HISTEDBR, tendo como objetivos principais: 1. propiciar o debate e o exame crítico da produção historiográfico-educacional, bem como das principais correntes teórico-metodológicas da investigação historiográfica, levando-se em conta os seus pressupostos filosóficos e as suas aplicações na área, a partir dos eixos temáticos do evento; 2. criar um espaço para que os pesquisadores dos diversos Grupos de Trabalho apresentassem e debatesses os resultados de suas pesquisas em andamento ou o produto de projetos vinculados ao Grupo; 3. promover a participação de pesquisadores que desenvolvam estudos e pesquisas em História da Educação e no embate metodológico e teórico existente na contemporaneidade, para a troca de experiências e intercâmbio de informações e conhecimentos. A programação foi composta por conferências, mesas redondas, comunicações, momentos culturais, lançamento de livros, confraternização, reunião dos GTs que compõem o Grupo HISTEDBR em todo o Brasil com a finalidade de planejamento das atividades do Grupo. As conferências incidiram no tema geral do Evento: História, Educação e Transformação: Tendências e Perspectivas, em uma análise da conjuntura histórica atual, crítica à educação e à escola burguesa e a necessidade de mudança/ transformação, de se fazer uma educação emancipatória. O MHTLE, cuja fundação ocorre no interior do Grupo HISTEDBR, participou intensamente deste evento com apresentação de trabalhos, participação em mesas coordenadas, divulgação do Boletim Germinal e da Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate.

Ocorreu em Londrina, entre os dias 07 e 10 de julho de 2009, com a temática *Ensino de educação física: modos de ser professor*, o 4º Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar, realizado pelo Laboratório de

Pesquisa em Educação Física - LaPEF. O grupo MHTLE apresentou durante o evento 03 trabalhos, entre comunicações orais e poster's, todos, produzidos pelos bolsistas (de inclusão social e Iniciação Científica) e pelos mestrands do grupo. Foram apresentados os trabalhos "A produção do conhecimento referente à relação trabalho x lazer nos estudos do lazer no Brasil (1980-2000) - de Vanessa da Silva Guilherme e Andrei Panhan Manconi; *Produção do conhecimento referente à formação profissional em educação física produzida no Brasil - Uma análise histórica crítica*, de Juliana Rufino Orthmeyer e *Levantamento, catalogação e análise da produção do conhecimento referente à temática lazer x educação nos estudos do lazer no Brasil (1980-2009)*, projeto desenvolvido pela estudante Ednêia Silvino Braz.

O Grupo MHTLE vem trabalhando para consolidar-se como grupo de referência na pesquisa das práticas, das políticas e da produção do conhecimento em Educação Física, Esportes e Lazer sob o enfoque marxista. Em 2009, vai lentamente consolidando a infra-estrutura para o desenvolvimento dos projetos: "Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer" e "Levantamento, catalogação e análise da produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil". Após a conquista de espaço físico, concorreremos ao PROIC (Programa de Iniciação Científica - UEL) obtendo a aprovação de uma bolsa IC/CNPq e uma bolsa IC/Fundação Araucária. Concorremos ainda ao Edital FAEP/UEL obtendo aprovação de recursos (R\$ 4000,00) para equipar o espaço conquistado pelo grupo e custear a participação dos estudantes em eventos. Trata-se de conquistas importantes que viabilizam condições de trabalho aos membros da equipe.

Expediente

Coordenação Editorial: Elza Margarida de Mendonça Peixoto e Maria de Fátima Rodrigues Pereira

Comissão Editorial: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Francisco Mauri de Carvalho, Celi Nelza Zülke Taffarel, Kátia Oliver de Sá, José Claudinei Lombardi, Gilcilene Barão, Lucelma Silva Braga.

Colaboração: Carlos Bauer, Ademar Bogo, José Luiz Sanfelice, Valério Arcary, Gilcilene Barão, Carlos Alberto Barão, Maria de Fátima Rodrigues Pereira e Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

Projeto Gráfico: Jesuino Vitorelli (versão Impressa) e Priscila Maia (Versão On line)

Revisão: Luciana Silvestre e Vivianne Bonetto Pinheiro

Tiragem: 200 exemplares

Impressão: Gráfica da Universidade Estadual de Londrina

Imagens desta edição: Fotos expressivas da crise de 1929 e 2008/2009. Fotos relativas ao trabalho infantil. Imagens extraídas de sites diversos, entre estes: <http://www.pime.org.br/mundoemissao/justicasocialinfantil.htm> ; http://www.mle.gov.br/impressao/videos/galeria_videos.asp ; <http://fotoseimagens.blogs.sapo.pt/arquivo/forne.bmp> ; <http://bigrichard.zip.net/imagens/forne.jpg> ;